



**SÉRGIO CHACON**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:  
O caso da CPMI dos Sanguessugas**

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em 2008 realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de especialista em comunicação legislativa

Orientador: Francisco Cláudio Sant'Anna

Brasília, DF,  
2008

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Especialização em Comunicação Legislativa  
realizado pela Universidade do Legislativo  
Brasileiro no 2º semestre de 2008

Aluno: Sérgio Chacon

Banca Examinadora:

---

Francisco Cláudio Corrêa Meyer Sant'Anna

---

Valéria Cristina Castanho de Almeida

Brasília, de de 2008

Chacon, Sérgio.

Congresso, imprensa e opinião pública [manuscrito] : o caso da CPMI dos Sanguessugas / Sérgio Chacon. - 2008. 71 f.

**Orientador:** Francisco Cláudio Sant'anna.

Impresso por computador.

**Monografia (especialização)** - Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), do Senado Federal e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Curso de Especialização em Comunicação Legislativa, 2008.

1. Brasil. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas. 2. Opinião pública, Brasil. 3. Imprensa, Brasil. 4. Jornal, Brasil. I. Título.

CDU 342.537.7(81)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar como a opinião pública é influenciada pela cobertura dos jornais sobre as atividades do Congresso Nacional, a partir de um caso específico, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a chamada máfia das sanguessugas. Ele apresenta um histórico sobre a cobertura que a imprensa escrita vem dispensando ao Legislativo nos últimos 50 anos, mostrando como vem se alterando a relação entre os veículos, a instituição e os parlamentares, e aborda a evolução dos veículos de divulgação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a chamada mídia corporativa, até os dias de hoje. Trata também das CPIs, apontadas como importantes instrumentos de fiscalização do Legislativo, e de sua importância para dar visibilidade à atividade parlamentar junto à mídia e à opinião pública. As notícias publicadas em cinco veículos impressos, três da chamada mídia tradicional e dois da mídia legislativa, são quantificadas e têm o seu conteúdo analisado. Foi realizada uma comparação sobre como cada um desses segmentos noticiou a CPMI; estabeleceram-se paralelos entre a atividade da comissão e as matérias publicadas a seu respeito: foram identificados o enfoque e o teor das mensagens contidas, na busca de elementos para avaliar qual é a efetiva contribuição da imprensa na fixação da imagem do Congresso e dos parlamentares junto à opinião pública. Procuramos identificar também os interesses e compromissos dos veículos de comunicação impressa em relação aos públicos interno e externo do Legislativo e como isso se reflete no noticiário e, ainda, estudar de que forma se processa o “agendamento” do Legislativo pela mídia tradicional, o agendamento da mídia pela atividade dos deputados e senadores e também a influência recíproca nos respectivos noticiários pelas mídias tradicional e corporativa. O sentido deste trabalho é também o de contribuir para aprofundar os estudos acadêmicos sobre as mídias legislativas, visando ao seu aperfeiçoamento, consolidação e ampliação de seu papel na formação e fixação da imagem do Congresso junto à opinião pública.

Palavras-chave: agendamento; análise de conteúdo; CPI; imagem pública; mídia legislativa; notícias; picos de polêmica; sanguessugas

# SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	<b>5</b>
1.1. O Legislativo e a mídia	6
1.2. Objetivo e problemática	8
1.2.1 Estudo de caso	9
1.3 Metodologia de pesquisa	10
<b>2. Democracia e liberdade de imprensa: marcos teóricos</b>	<b>14</b>
2.1 Congresso: a cobertura da imprensa e a evolução da divulgação	22
2.2 Os veículos próprios do Legislativo	25
<b>3. O papel das Comissões Parlamentares de Inquérito</b>	<b>27</b>
3.1 Breve resumo sobre a CPMI dos Sanguessugas	29
<b>4. Estudo de caso: As notícias sobre a máfia dos sanguessugas e a CPMI da compra de ambulâncias</b>	<b>32</b>
4.1. Análise do noticiário de maio – Onde tudo começou	34
4.2. Em junho, o noticiário “esfria”	38
4.3. O noticiário do mês de julho	40
4.4. Agosto: a CPMI denuncia parlamentares	43
4.5. Setembro: alopados e eleição	47
4.6. Outubro: eleições esvaziam a CPMI	50
4.7. Conselho de Ética, o foco de novembro	52
4.8. O noticiário de dezembro	52
<b>5. Conclusões</b>	<b>60</b>
<b>6. Considerações finais</b>	<b>66</b>
<b>7. Referências Bibliográficas</b>	<b>68</b>
<b>8. Índice de Tabelas e Gráficos</b>	<b>71</b>
<b>9. Anexos</b>	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Pesquisas de opinião pública feitas por diferentes institutos nos últimos anos têm revelado baixos índices de credibilidade do Poder Legislativo e dos parlamentares. Em dezembro de 2001, pesquisa do Datafolha apurou que 47% dos brasileiros avaliavam como regular o desempenho dos deputados e senadores, 17% como ótimo ou bom e 29% classificaram como ruim ou péssimo o trabalho dos parlamentares. Avaliados separadamente, os senadores tiveram aprovação de 19% dos entrevistados, 47% os consideraram regulares e 25% os reprovaram, enquanto os deputados tiveram taxas de 18%, 47% e 27%, respectivamente.

No início de 2007, o Ibope realizou pesquisa para saber o que pensam os brasileiros sobre seus deputados e senadores. Convidados a dar nota à atuação dos parlamentares, 24% dos entrevistados deram nota zero, 22% deram nota 5 e apenas 2% deram 10. A nota média ficou em 3,9. O resultado, publicado na edição da revista *Veja* de 31.01.2007, revelou ainda que 84% dos entrevistados acham que os parlamentares trabalham pouco e 63% opinaram que os deputados e senadores representam mais os seus próprios interesses do que os da sociedade que deveriam representar.

A pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros, o Instituto Vox Populi ouviu 1.052 pessoas, entre 27 de junho e 6 de julho de 2008, com o objetivo de apurar o que os brasileiros acham da política e dos políticos. Publicado na *Folha de S. Paulo* de 13 de agosto de 2008, o levantamento mostrou que 85% dos eleitores crêem que a política é uma atividade em que os próprios políticos são os principais beneficiados e só 12% avaliam que a ação dos políticos é voltada para bem estar da população.

As pesquisas, escolhidas aleatoriamente entre as centenas realizadas pelos diversos institutos nos últimos tempos, feitas com diferentes critérios e variadas abordagens, são convergentes no que diz respeito ao desgaste da imagem dos políticos, em especial os parlamentares. Todos os levantamentos recentes mostram altos percentuais de cidadãos descontentes com o desempenho dos deputados e senadores, repetindo uma situação que já observava Ana Lúcia C.R. Novelli (1999: 159), ao analisar resultados de pesquisas de opinião pública sobre a imagem do Congresso Nacional de 1995: “Os resultados apresentados pelas pesquisas mostraram uma opinião pública crescentemente contrária ao Congresso Nacional” (idem).

As pesquisas de opinião mais recentes repetem chavões e conceitos encontrados por Novelli, na condenação ao Congresso e aos parlamentares por seu comportamento: “O modo de fazer política no Congresso é fisiológico, corporativo e interesseiro (idem: 154). Os políticos são vistos como privilegiados, que recebem altos salários, empregam parentes, trabalham pouco e se preocupam mais com seus problemas do que com os interesses da população”.

Um dado curioso e ao mesmo tempo preocupante para o futuro da representação política, apurado pela pesquisa do Ibope publicada em *Veja*, é que para 48% dos entrevistados não pode existir democracia sem deputados e senadores, enquanto 41% das pessoas disseram acreditar

que a democracia pode, sim, funcionar, sem os parlamentares.

As pesquisas de opinião, mais do que registrar opiniões, têm atuado como elemento fundamental na formação da opinião, até porque, como constata Novelli (Idem: 100), toda informação ganha maior credibilidade pública quando se baseia ou menciona pesquisas científicas, pesquisas políticas ou de consumidor. Isso explica, em parte, a convergência entre os números apurados em pesquisas distintas e sua semelhança com os dados na Pesquisa Social Brasileira, realizada pelo Instituto DataUFF, da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Alberto Carlos Almeida, que traçou um perfil do brasileiro médio e investigou como a população avalia as instituições políticas e a confiança que nelas deposita.

Segundo este levantamento, publicado em 2007, não mais do que 28% dos brasileiros fazem uma avaliação positiva dos partidos políticos e 36% avaliam positivamente o Congresso Nacional. No que diz respeito à confiabilidade, o quadro é pior. Os partidos políticos têm a confiança de apenas 6% dos brasileiros e o Congresso Nacional, de 14%. A confiança na Polícia Federal, aqui mencionada a título de comparação, segundo a pesquisa, é avaliada positivamente por 68% dos entrevistados e goza da confiança de 41% deles. “Partidos e Congresso – justamente duas das instituições encarregadas de gerir o estado tão amado pela população – são os piores tanto no que diz respeito à avaliação quanto no que diz respeito à confiança”, constata Alberto Carlos Almeida (2007: 188/189).

Muitas são as razões de ordem histórica, sociológica e psicológica que justificam a baixa estima da população pelos políticos e pelo Parlamento. Neste trabalho, pretende-se investigar um desses fatores: os veículos de mídia, que produz e divulgam as informações que chegam à opinião pública sobre as atividades parlamentares, e que têm, portanto, importância estratégica como elementos de formação da imagem pública da instituição e de seus integrantes.

### **1.1. O Legislativo e a mídia**

O Legislativo, com toda instituição pública pluralista, possui virtudes e defeitos. Na Câmara e no Senado, debatem-se diariamente os problemas nacionais e são apresentadas dezenas de propostas e projetos capazes de mudar os cenários político, econômico e social do país. Ali, são votadas leis de grande impacto na vida dos cidadãos e das instituições e se fazem a fiscalização e acompanhamento dos atos e dos gastos do governo, do próprio Congresso e de instituições várias do cenário nacional. A atividade é intensa e multifacetada. Por ser um centro do poder político onde se digladiam forças em permanente confronto e por ter responsabilidades sobre orçamentos e finanças públicas, a instituição não raro é alvo de suspeitas, denúncias e investigações sobre todo tipo de desvios, fraudes e corrupção, envolvendo os representantes eleitos ou os assessores e servidores que os cercam.

É público e notório que a imensa maioria das pessoas acompanha os trabalhos do Congresso e se informa sobre as atividades dos deputados e senadores através da mídia, especialmente da chamada grande imprensa, onde se incluem os telejornais e os jornais impressos. A mídia

privada, auto-proclamada independente e vigilante sobre os poderes públicos, exerce com zelo seu papel de fiscal dos órgãos do estado, dedicando especial atenção às denúncias que envolvem o Legislativo.

Em muitos casos, como na CPI do Orçamento (1992), e, mais recentemente, nas CPIs dos Correios (2005) e da compra de ambulâncias (2006), investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público resultaram em acusações concretas e, em muitos casos, aparentemente fundamentadas contra deputados e senadores, com base em gravações de conversas telefônicas e movimentações bancárias.

Mas, às vezes, até por excesso de zelo e pelo desejo de investigar, os jornalistas denunciam como irregulares e apontam como desvios éticos dos congressistas algumas práticas consideradas normais, rotineiras e legais na maioria das democracias ocidentais. É o caso das emendas ao orçamento da União e da ocupação de cargos públicos por pessoas indicadas por líderes e dirigentes de partidos políticos, consideradas imorais (“manobras”, “fisiologia”, “toma-lá-dá-cá” etc) e noticiadas com grande destaque e boa dose de crítica nas páginas dos jornais.

Decisões políticas acertadas, projetos importantes aprovados e iniciativas e os fatos positivos de relevância para os cidadãos, ocorridos no Parlamento, muitas vezes não são noticiados pela mídia e, conseqüentemente, acabam ignoradas pela maioria das pessoas. Se noticiados, a sua divulgação contribuiria para melhorar a imagem do Parlamento. “Muito da nossa maneira de ver o mundo – e, portanto, de agir neste mundo – depende da mídia” – observa Luis Felipe Miguel (2007: 403), para quem a imprensa, ao contrário do que trata de fazer parecer, não transmite apenas ‘fatos’, mas também julgamentos, valores, interpretações.

A maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada como centrada na mídia (media centric), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela, reforça o raciocínio de Venício A. de Lima (2006: 85), destacando o papel crescente dos meios de comunicação de massa no processo de socialização do indivíduo e na construção da agenda pública, que define os temas que vão dominar a discussão pública num determinado período.

O papel mais importante que a comunicação desempenha, segundo Lima, decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana e, em particular, da política e dos políticos: “É através da comunicação, em sua centralidade, que a política é construída simbolicamente, adquire significado” (Idem: 86).

Os telejornais, de grande audiência em todas as camadas da população, nem sempre dedicam espaço à política. Nos jornais impressos de circulação nacional, considerados os principais divulgadores da atividade legislativa e dos fatos de natureza política, o noticiário, naturalmente, não abrange todas as atividades de plenário, das comissões e muito menos dos parlamentares individualmente. O espaço dedicado aos assuntos políticos é insuficiente para dar ampla cobertura e adequada divulgação às atividades do Congresso. Jornalistas políticos



de destaque, como o veterano Villas Boas Corrêa, do Jornal do Brasil, já se manifestaram de maneira incisiva a respeito:

*“Acho que a imprensa merece seus puxões de orelha porque não faz nenhum esforço para cobrir aquilo que ainda remanesce de importante no Congresso, como por exemplo o trabalho das comissões...” - disse o jornalista em depoimento prestado em 1995 ao Centro de Pesquisas e Documentação da Getúlio Vargas. (CORREA, 1995, p. 154)*

No mesmo sentido, quanto à atuação dos meios de comunicação de massa, se posicionou o professor Vladimir Lombardo Jorge, ao analisar a cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, no período 1985-1990”:

*“São os jornalistas que, com base em alguns critérios, atribuem importância aos fatos, transformando-os em acontecimentos. Fazem isso, definindo o que é e o que não é noticiável, o que é mais e o que é menos importante. Logo, alguns fatos tornam-se visíveis para o homem comum, outros não; alguns tornam-se mais visíveis, outros menos” (JORGE, 2003: 17).*

## 1.2. Objetivo e problemática

Há pouco mais de uma década, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados decidiram criar veículos próprios de comunicação (TV, rádio, jornal e agência em tempo real) para divulgar notícias sobre as atividades legislativas dos plenários e das respectivas comissões técnicas que não encontram espaço na imprensa tradicional.

Baseada no diagnóstico de que é dever da instituição complementar a atuação da imprensa na publicização das atividades parlamentares, a decisão é uma tentativa de atingir diretamente o cidadão e, ao mesmo tempo, oferecer noticiário com informação segura e gratuita aos veículos de imprensa nacional ou regionais interessados em reproduzi-lo.

O Legislativo se instrumentalizou, assim, para fazer chegar à opinião pública informações sobre suas atividades que a grande imprensa não noticia e também para tentar agendar as mídias nacional e regionais para assuntos de relevância e interesse público em discussão dentro dos partidos e nos órgãos técnicos das duas casas.

*“O pressuposto é de que quanto maior a visibilidade, maior a possibilidade de participação popular e de fortalecimento da representação política, visto que a divulgação de informações legislativas é considerada um dos principais elementos para aperfeiçoar a relação entre os parlamentares e seus eleitores” (BARROS, BERNARDES, LEMOS, 2008).*

São veículos de divulgação institucional, também chamados de imprensa legislativa por alguns estudiosos e denominados *mídias das fontes*, os difusores do jornalismo corporativo, por Francisco Sant’Anna (2008: 9). Neste trabalho, os denominados mídia corporativa ou mídia legislativa, para distinguí-los dos veículos de propriedade privada, que têm finalidade comercial

e que aqui são referidos como mídia tradicional ou imprensa tradicional.

Os temas e o conteúdo do noticiário sobre a atividade legislativa difundidos pelos veículos da imprensa corporativa, em geral, guardam alguma semelhança com o que é publicado pelos veículos da grande imprensa comercial, a mídia tradicional. Em alguns casos, porém, as visões de cada segmento é diferente e o enfoque, até mesmo divergente e conflitante.

Poucos são os trabalhos acadêmicos dedicados a estudar em profundidade os veículos da mídia legislativa, até pelo fato de eles serem recentes e estarem funcionando há pouco mais de uma década. O objetivo deste pesquisador é justamente o de contribuir para preencher parte dessa lacuna, a partir de um estudo comparativo sobre como se comportam os veículos de divulgação institucional e os da imprensa privada diante dos fatos e dos personagens do Poder Legislativo.

Procuramos verificar como cada um desses segmentos cumpre a sua função social de informar adequadamente o público e no que eles se diferenciam no tratamento dos mesmos temas. Investigar se omitem fatos, se distorcem episódios, o espaço editorial que dedicam a cada assunto, enfim, se agem de acordo com o interesse público, quando noticiam e interpretam com ótica própria as atividades dos deputados e senadores.

### **1.2.1. Estudo de caso**

A proposta deste trabalho é a de avaliar a cobertura dada pela imprensa ao episódio da compra fraudulenta de ambulâncias com recursos orçamentários, investigado pela Polícia Federal e por uma Comissão Parlamentar Mista de inquérito, popularizada pela própria mídia como a CPMI dos (ou das) Sanguessugas. Além de mostrar como a mídia tratou o assunto, em especial a investigação sobre o envolvimento de deputados e senadores no chamado “esquema”, pretende-se estudar e analisar as notícias publicadas na mídia tradicional e na chamada mídia legislativa com o objetivo de:

1. Identificar os atos e decisões políticos e administrativos da CPMI, que foram transformados em notícias pelos jornalistas e publicados nos veículos, bem como as fontes dessas notícias.
2. Avaliar o espaço destinado e o tratamento dados ao trabalho da CPMI e à investigação realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, pelos veículos da chamada mídia corporativa e da imprensa tradicional;
3. Comparar o conteúdo e o enfoque das notícias, cotejar as versões divulgadas e a linguagem utilizada pelos diversos veículos.
4. Buscar, com exemplos concretos, evidentes, realizar uma avaliação científica sobre o agendamento da sociedade e do Poder Legislativo pela imprensa e também o agendamento recíproco entre mídia institucional e mídia independente.
5. Formular conclusões a respeito da cobertura jornalística pelas duas mídias estudadas e, ainda, dos possíveis impactos do trabalho realizado pela CPMI na imagem pública do Poder Legislativo e dos parlamentares.

### 1.3. Metodologia de pesquisa

Definidos os objetivos deste trabalho, passou-se ao estudo dos critérios e das ferramentas a serem empregadas para que os resultados fossem os mais próximos dos almejados.

Inspirado na pesquisa realizada por Ana Lúcia C. R. Novelli, que estudou a relação entre o Congresso e a opinião pública e a imagem pública da instituição a partir da análise de conteúdo das notícias publicadas pela mídia comercial, o autor considerou esta metodologia adequada para avaliar o conteúdo das matérias publicadas a respeito do Congresso Nacional (NOVELLI, 1999: 125), e, principalmente, para se proceder a uma comparação entre o conteúdo das mídias e o “mundo real”, cujo objetivo é confrontar a imagem que se reflete nos meios de comunicação de um certo grupo, pessoa ou fenômeno, com o que ocorre na realidade.

Foi, ainda, inspirado em Novelli, que o autor optou por adotar dois conceitos de análise de conteúdo: o quantitativo, visando a medir a frequência do tema no noticiário, e o qualitativo, que se propõe a verificar o conteúdo das notícias veiculadas, o enfoque e os elementos que dela fazem parte e que permitem, em consequência, classificá-las em positivas, negativas ou neutras, em relação ao objeto deste estudo, em última análise, a imagem do Congresso Nacional.

Dada a grande diversidade de matérias publicadas diariamente sobre o Congresso na mídia tradicional e da dificuldade inicial de arbitrar escolhas sobre os assuntos considerados importantes, o pesquisador concluiu ser razoável focar a pesquisa sobre um tema específico, no caso, o episódio da venda superfaturada de ambulâncias, que envolveu o Congresso Nacional como acusado, na medida em que dezenas de deputados e senadores foram denunciados por supostas ligações com o esquema de fraudes, e como fiscal, que investigou as atividades desses parlamentares por meio de uma Comissão Parlamentar Mista de inquérito e depois os julgou, através dos conselhos de ética da Câmara e do Senado.

O episódio das sanguessugas, no Congresso, se transformou num fato político específico, com duração determinada. Os trabalhos da CPMI e dos conselhos de ética e seus resultados foram acompanhados passo a passo pela mídia tradicional e também pelos veículos da mídia corporativa. Identificou-se aí um caso clássico de agendamento do Legislativo pela mídia - a CPMI da Compra de Ambulâncias nasceu em consequência das notícias publicadas a respeito das investigações da chamada Operação Sanguessugas, realizada Polícia Federal e pelo Ministério Público, e das denúncias contra e parlamentares.

A CPMI trabalhou durante a campanha eleitoral de 2006. Seu trabalho foi paralelo ao do Ministério Público e da Polícia Federal, que ainda continuaram investigando o envolvimento de autoridades dos três poderes federais e de prefeituras no chamado “esquema dos sanguessugas”.

A CPMI produziu dois relatórios. No primeiro, em agosto, denunciou ao Conselho de Ética da Câmara 69 deputados e ao seu similar do Senado três senadores, os quais foram julgados antes mesmo que a comissão completasse o seu trabalho. O segundo relatório foi aprovado em 14 de dezembro de 2006.

Decidiu-se, em consequência, analisar todo o noticiário relativo aos sanguessugas do período entre 5 de maio de 2006, quando foram divulgadas na imprensa comercial as primeiras notícias sobre a prisão ex-parlamentares e de assessores de deputados e senadores, e o dia 30 de dezembro do mesmo ano, de forma a abranger a votação do relatório final da CPMI da Compra de Ambulâncias e o do julgamento de deputados acusados pelo Conselho de Ética da Câmara e o chamado “rescaldo” do episódio até o último dia do ano.

Para atender aos objetivos estabelecidos por este pesquisador, procedeu-se ao levantamento, seleção e classificação das notícias publicadas nos veículos impressos de divulgação das duas casas, no caso o *Jornal da Câmara* e o *Jornal do Senado*, bem como do noticiário publicado por três dos mais importantes jornais da mídia comercial, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio Braziliense*. Este, por ser o diário mais lido na Capital e no Congresso Nacional, e o que primeiro publicou noticiário sobre a Operação Sanguessuga da Polícia Federal. Os outros dois, por serem os veículos da mídia impressa de maior circulação em seus Estados e no país e considerados os diários de maior peso junto aos formadores de opinião e ao público em geral.

Todos os textos sobre a CPMI da compra de ambulâncias publicados nos veículos acima mencionados foram coletados e organizados em ordem cronológica, pela data de sua publicação. Quantificados, e avaliados de acordo com o estilo e a abordagem do assunto. Foram selecionadas notícias, notas de colunas, artigos assinados e editoriais, excluindo-se da apreciação as cartas de leitores e aquelas matérias identificadas como “de interesse comercial”.

Optou-se por deixar de fora o noticiário das emissoras de rádio e televisão. Não ignoramos o fato de que, como observa Castells (1997: 313), “nas sociedades contemporâneas as pessoas recebem suas informações e formam suas opiniões políticas essencialmente através da mídia e fundamentalmente da televisão”. Tampouco deixamos de considerar a colocação de Venício A. de Lima de que pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi em 2006 e publicada na revista Carta Capital (nº400: p. 26) constatou que que 58% dos entrevistados declaram ter a televisão como sua principal fonte de informação política e somente 7% escolhem os jornais (LIMA, 2006: 171).

Este pesquisador assumidamente integra a geração de jornalistas/analistas que “foi socializada e cresceu numa ambiência anterior à consolidação da televisão como mídia de massa (década de 70) e foi formada dentro das redações de jornal”, a que se refere Lima (idem: 171). E concorda com a sua observação de que “em geral, é mais fácil analisar um texto escrito (jornal e/ ou revista) do que um texto escrito e as imagens correspondentes”.

Mas, tal opção se deve também, entre outros motivos, à dificuldade metodológica de estabelecer comparações entre os noticiários televisivos dos canais de divulgação legislativa com os da TVs privadas, devido à inconstância da cobertura jornalística dos trabalhos parlamentares em geral pelas emissoras privadas. E, ainda, à pulverização da audiência das emissoras de rádio, o que dificulta a coleta e seleção do material de pesquisa e a avaliação do peso específico de cada uma delas na chamada opinião pública, objetivo final desta investigação.

Definidos, então, os critérios, parâmetros, o objeto e a metodologia de pesquisa, iniciou-se o trabalho de levantamento de todas as notícias publicadas pelos cinco veículos de mídia impressa selecionados durante o período de 241 dias. Nessa pesquisa exploratória do universo a ser trabalhado, foram detectadas quase 2.300 matérias que se enquadram nos modelos estabelecidos, das quais 710 publicadas nos veículos da mídia corporativa e as demais, cerca de 1.630, nos três jornais diários da imprensa tradicional ou comercial. Decidiu-se, a partir daí, dividir esse volume em blocos mensais, a fim de facilitar o seu exame mais detalhado

Paralelamente, foi feita pesquisa nos anais do Senado Federal sobre o funcionamento da “CPMI das Ambulâncias”, verificando-se, no relatório síntese de suas atividades, as datas em que a comissão se reuniu e os temas de cada reunião. Quando cotejadas as datas de publicação das notícias com o calendário de atividades realizadas pela comissão de inquérito, constatou-se, a priori, que o volume de notícias publicadas na mídia corporativa e na mídia tradicional oscilava consideravelmente ao longo dos dias da semana, aumentando consideravelmente nos dias em que a CPMI realizava reuniões e explodindo em quantidade de matérias nas reuniões em que se discutiu sobre o futuro dos parlamentares acusados de envolvimento com o esquema da compra de ambulâncias.

Por sugestão do orientador do trabalho, este pesquisador concordou em acrescentar à metodologia já pré-definida mais um critério de análise do noticiário: o dos picos de polêmica, metodologia desenvolvida por Juliana Galindo Romão, na dissertação de Mestrado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, *Conselho Federal de Jornalismo: Interesses, pressão e desequilíbrio na cobertura jornalística*, sob a orientação da professora Nélia Del Bianco, em 25 de agosto de 2008. Procedeu-se, então, à contagem dos textos publicados a cada dia por cada um dos veículos pesquisados e, com esses dados, foram montados quadros mensais das matérias. Detectados os momentos em que a cobertura da mídia foi mais intensa quantitativamente, procedeu-se à superposição dessas datas com o calendário de atividades da CPMI.

Assim, tornou-se possível identificar os momentos em que a atenção dos veículos se concentrou na CPMI e aqueles em que outros fatores, como as investigações e denúncias da Polícia Federal sobre os sanguessugas e a campanha eleitoral, dividiram o noticiário político da imprensa. Afinal, é bom lembrar, as investigações coincidiram com a campanha das eleições gerais de 2006, e, em alguns momentos, as denúncias envolvendo os sanguessugas se transformaram em material de campanha dos diversos candidatos.

Decidiu-se adotar o mesmo critério dos picos de polêmica para os veículos da mídia corporativa e a quantificação do número de matérias neles publicadas diariamente indicou que nem sempre esses ciclos coincidem com os da mídia tradicional. Aprofundou-se então, pela análise de conteúdo das matérias, a identificação dos fatores que provocaram o aumento das notícias na mídia corporativa.

Com tal procedimento, ficaram claros e nítidos os principais fatos políticos que levaram ao aumento no volume de matérias publicadas. Ao analisar as publicações desses dias específicos,

este pesquisador acredita ter encontrado elementos de convergência entre as mídias corporativa e tradicional e também os temas que os dividem, despertando a atenção de um ou de outro segmento isoladamente.

A análise de conteúdo do noticiário foi mais aprofundada nas matérias identificadas nos chamados picos de polêmica, mas não significou deixar de lado os textos isolados. Estes habitualmente despertam menor interesse entre os leitores e, portanto, têm influência menor na construção da imagem pública do Parlamento, mas são por si só reveladores do pensamento e da visão que a mídia, sobretudo a mídia tradicional, projetam dos políticos e dos trabalhos parlamentares.

Foram identificados, ao longo de todo o período, os casos em que se pode perceber a ocorrência do chamado “agendamento” das atividades da CPMI pelo noticiário dos veículos, aqueles em que a mídia corporativa influenciou o noticiário da imprensa tradicional, bem como a influência de integrantes da comissão e da própria linha de investigações por ela adotada no enfoque e na orientação do noticiário jornalístico sobre o chamado caso dos (ou das) sanguessugas.

Em nossa análise quantitativa e qualitativa, especial atenção se deu ao noticiário dos veículos de divulgação legislativa sobre as denúncias envolvendo os integrantes da Câmara e do Senado na CPI e aos julgamentos realizados pelos respectivos Conselhos de Ética.

## 2. DEMOCRACIA E LIBERDADE DE IMPRENSA: MARCOS TEÓRICOS

Apontados pelos filósofos e estudiosos de ciência política como dois elementos básicos, fundamentais da democracia de massa contemporânea, o Poder Legislativo e os veículos de comunicação independentes só funcionam plenamente em sociedades organizadas em bases democráticas e de ampla liberdade. Na visão de Bernard Manin (1995: 11), para haver governos representativos, é necessário que haja liberdade de expressão, que nada mais é do que o direito dos governados de formular e expressar livremente suas opiniões políticas. Os governados devem ter acesso à informação política, pondera Manin, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais. Cabe aos meios de comunicação de massa dar publicidade aos atos governamentais nos regimes democráticos.

O Poder Legislativo é a mais alta instância da representação popular. “A expressão concreta da representação política”, no dizer de Maurizio Cotta. (1991: 1101). Dentre os poderes de Estado é, ao mesmo tempo, o mais aberto e o menos provido de meios de coerção e de violência institucional.

Além dessas qualidades intrínsecas e de ser composto inteiramente por pessoas eleitas pelo voto direto, que o torna o mais popular dos poderes, o Parlamento vive séria crise de identidade. No Brasil, segundo Figueiredo e Limongi (1994: 24 a 37), o Congresso parece não ter ocupado ainda seu espaço institucional no sistema político e “é uma das poucas unanimidades do país: poucos se arriscariam a defendê-lo em público”.

Essa crise tem motivos de ordem política. A começar pelo processo eleitoral, que distorce a vontade popular, abre espaço ao abuso de poder econômico, individualiza as campanhas em eleições proporcionais e reduz a representatividade dos deputados e senadores eleitos e a força das legendas. Passa pelas prerrogativas e poderes que a Constituição atribui ao Legislativo e ao Executivo, que resulta em debilidade do Parlamento. Pela fraqueza dos partidos políticos, incapazes de representar adequadamente a sociedade e que contribuem, desta forma, para ampliar a debilidade do Legislativo como poder.

Malena Rehbein Rodrigues (2006) relacionou alguns fatores que ainda dificultam a consolidação da democracia no Brasil, destacando, entre eles a fragilidade dos partidos políticos, que não têm mais ideologias convincentes, símbolos atrativos, habilidade para conduzir a consensos que resultem no esperado bem-comum e nem capacidade de mobilização popular em favor de seus objetivos.

*“Nesse contexto, os mass mídia têm freqüentemente substituído o papel dos partidos no Brasil. Muitos cientistas políticos afirmam que políticos compensam a ausência de estruturas partidárias firmes como efetivo uso da televisão. Os meios de comunicação, passaram, então, a substituir antigas formas de campanha política, como comícios, servindo como arena, onde votantes e votados podem se encontrar novamente” (RODRIGUES, 2006: 07).*



Para Luiz Gonzaga Motta (2002: 13 a 28), a mídia acaba por tentar o espaço não apenas dos partidos políticos. Tomada por delegação implícita da sociedade como instrumento de defesa popular contra injustiças, ilegalidades e ilegitimidades, a imprensa seria o instrumento “para impedir que a política seja apenas uma ação em defesa de interesses particulares, contrários aos interesses gerais da sociedade”.

*“Nas democracias liberais, a imprensa tem sido chamada de quarto poder, um poder além do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, porque expressaria um poder independente de todos eles, um poder autônomo exercido em nome do povo. Se ela de fato exerce democraticamente esse quarto poder, representando todos os grupos sociais, é uma questão que só o exame de cada circunstância pode resolver” (idem: 14).*

Ao historiar em rápidas palavras a evolução dos meios de comunicação, Luis Felipe Miguel (2007: 406) observa que ao longo do século XIX a imprensa foi assumindo algumas das principais características que mantém até hoje – a pretensão de imparcialidade, em vez da militância política aberta, e a veiculação de anúncios pagos, que barateiam o preço final para o consumidor. Trata-se de atividade técnica especializada, cuja função social específica é a difusão de informações consideradas relevantes que, de outra forma, os indivíduos não poderiam obter. O trabalho jornalístico compreende três momentos: a coleta e concentração de informações, a seleção e “empacotamento” das notícias e, finalmente, a distribuição dessas informações para o grande público. Observa Luis Felipe Miguel:

*“O ponto crucial é o processo de seleção. São, na verdade, duas seleções complementares. Em primeiro lugar, a imprensa escolhe quais dos fatos são os mais relevantes. O consumidor de informação (leitor, telespectador e ouvinte) têm de confiar no critério de seleção que norteiam os jornalistas. (...) A segunda seleção é igualmente decisiva: uma vez que determinado acontecimento é considerado digno de cobertura jornalística, é necessário saber quais aspectos desse acontecimento serão abordados. Alguns dados são vistos como cruciais, ao passo que outros são irrelevantes” (MIGUEL, idem: 407).*

A visibilidade do Congresso Nacional, e, portanto, a visão que a sociedade tem a seu respeito depende desse processo de seleção conduzido pelos jornalistas. Ou, como assinala Vladimir Lombardo Jorge, está associada à importância que os jornalistas dão à atividade legislativa e parlamentar. Da perspectiva da fonte (seja um político ou instituição), quanto maior a cobertura dada pela imprensa, maior a oportunidade para divulgar seu nome e seu trabalho. Da perspectiva do leitor – acrescenta – quanto mais ampla for a cobertura, maior será a quantidade de dados disponíveis para que ele possa formular uma opinião e forjar uma imagem da instituição ou do político (JORGE, op. cit : 4).

Pode parecer paradoxal, mas a crise da representação parlamentar decorre também da mídia. A imprensa privada, irmã siamesa do parlamento livre e também filha do regime democrático, deveria atuar para preservar a liberdade, o pluralismo e a transparência, certo? Mas, da forma como cobre as atividades do Congresso e dos políticos, a imprensa comercial contribui para fortalecer ou ajuda a enfraquecer a democracia?



Muitos estudiosos entendem que a imprensa pode trabalhar contra o regime democrático e alertam para o que consideram verdadeiros ataques à legitimidade do Congresso pelos veículos de comunicação escrita. Mauro Porto (1996), por exemplo, observa que eles (os ataques) se intensificam em meados da década de 80, quando o regime militar se enfraquece e os civis começam a recuperar prerrogativas usurpadas pela ditadura iniciada em 1964. O jornalismo investigativo, que se fortalece a partir do fim da censura à imprensa e da abertura democrática, expressa uma função importante da imprensa numa democracia e, ao mesmo tempo, acaba por disseminar desconfiança e rejeição à política e suas instituições, observa (Idem: 8).

Roberto Seabra elogia a evolução do jornalismo político brasileiro nas últimas décadas, a partir dos anos 70, mas aponta indícios preocupantes de que esse quadro pode estar mudando. Segundo ele, no início do século XXI alguns estudiosos detectaram uma crise no jornalismo político em nível mundial. Estudo realizado na Inglaterra e apresentado pelo professor Nelson Traquina mostra que os grandes jornais ingleses vêm reduzindo a cada década o espaço dedicado ao que acontece no Parlamento britânico (SEABRA, 2006: 137).

Depois de mencionar as três grandes funções do jornalismo, segundo a teoria democrática – 1) informar o cidadão sobre os atos de governo, 2) abrir espaço ao contraditório e à pluralidade de opiniões e 3) proteger os cidadãos contra o abuso de poder – Seabra coloca perguntas que, a seu ver, devem ser feitas hoje pelos políticos, jornalistas e estudiosos sobre o futuro da mídia e da democracia:

*“A imprensa tem conseguido informar com credibilidade e qualidade sobre o que acontece no mundo da política?(...) A grande mídia tem conseguido ser imparcial e equilibrada ao disponibilizar fatos e opiniões sobre os diferentes segmentos políticos? E, por último, ao desempenhar o papel de fiscal do poder, o jornalismo político não corre o risco de cometer excessos e frustrar expectativas, justamente por não poder cumprir as duas premissas básicas anteriores?”(Idem: 138)*

Essas dúvidas, como menciona Seabra, não são exclusivas dos brasileiros e nem se referem apenas aos veículos nacionais. O português Nelson Traquina (2001: 194) observa que o jornalismo prestador de serviço público à sociedade tem sido diminuído, cedendo espaço a objetivos comerciais, e que o público é visto menos como cidadão e cada vez mais como consumidor de produtos de lazer: “Em 1996, cinquenta deputados britânicos assinaram uma petição deplorando aquilo a que chamaram o forte declínio da ‘reportagem séria’, com uma ênfase crescente nas ‘personalidades em lugar da substância’”.

Ralph Negrine, ao analisar a cobertura dos jornais ingleses e alemães sobre as atividades dos respectivos parlamentos nacionais, constatou que nos dois países, embora governados sob o sistema parlamentarista, vem caindo o volume e a qualidade do material publicado pela mídia. No período entre 1986 e 1996, segundo o pesquisador, a cobertura jornalística só fez diminuir, com o conseqüente esvaziamento dos legislativos como fontes de notícias políticas (NEGRINE, 1999: 325-352).

Referindo-se à imprensa de seu país como “um dos fatores” que corrói a democracia norte-americana, James Fallows (1997) chamava a atenção para a necessidade de os veículos dedicarem maior espaço aos assuntos realmente importantes. Segundo suas palavras, em 1994 os maiores jornais dos EUA, especialmente os de alcance nacional, publicaram quase o dobro de histórias sobre o caso Whitewater do que sobre as propostas de Clinton para a melhoria do sistema público de saúde pública norte-americano.

A pior interpretação para o caso Whitewater, nunca comprovada, envolvia a denúncia de que um nebuloso especulador de poupança e crédito imobiliário teria repassado à família Clinton os lucros sobre a venda de alguns terrenos, em troca de um regulamento menos rigoroso para seus negócios. A chamada mecânica do jornalismo moderno, segundo observou Fallows, levou os editores a dar maior importância ao suposto escândalo do que ao plano de saúde pública de Clinton, que afetaria a vida de quase todos os americanos.

*“Verdadeiros ou supostos, escândalos envolvendo figuras que vão de Bill Clinton a Michael Jackson passaram a funcionar como uma máquina de desviar a atenção. Sistemáticamente, esses escândalos fazem com que percamos de vista certas notícias que, embora pareçam tediosas, realmente afetam a vida do povo. Cortes nos benefícios sociais, por exemplo” (FALLOWS, 1997: 160).*

As chamadas “editorias de escândalos” são as mais prestigiadas nas redações dos grandes veículos. Mas isto não significa qualidade nas investigações. Segundo Roberto Müller Filho, a falta de capital das empresas e o despreparo profissional dos jornalistas prejudicam o chamado jornalismo investigativo. Em depoimento ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Müller observa:

*“Com raras exceções, o que se vê são exercícios de vulgaridade, de leviandade. Você vai me perguntar se sou contra o jornalismo investigativo. Não. Sou a favor, contanto que seja bem feito. Só que isso custa caro, é demorado fazer uma boa matéria investigativa(...) Como não há tempo nem recursos, mas a notícia tem de sair; pois os jornais não querem ser furados, muitas vezes acabam fazendo matérias levianas. Há casos dramáticos, que a imprensa conhece, como o da Escola Base” (MÜLLER FILHO, 2003: 260 e 261).*

Imbuída da função de fiscal do Estado, dos organismos e autoridades públicos, no Brasil a mídia chamada de independente às vezes extrapola na busca de escândalos e se utiliza material de origem duvidosa, cuja veracidade nem sempre é devidamente apurada e conferida, e ao abuso de declarações em “off” ou protegidas pelo anonimato, que podem prejudicar a reputação de pessoas e o conceito de instituições, como o Poder Legislativo, por exemplo.

Na área política, especificamente, Muller considera “complicado” exercer um bom jornalismo. A tentação de se tomar partido é muito grande e o risco de ser ludibriado também. Há uma “brutal quantidade” de matérias em *off*. Os políticos falam em *off* o que não podem falar em *on* e, como não dá tempo de checar, muitas vezes publicam-se bobagens ou “sai jogada de político”.

Confirmando as observações de Roberto Muller, os veículos de imprensa costumam ser generosos na abertura de páginas inteiras às críticas e às denúncias em *off* contra autoridades e políticos, e parcimoniosos quando se trata de esclarecer ou corrigir falhas e omissões do noticiário. A mídia revela-se absolutamente sovina na destinação de espaços às chamadas matérias sérias ou de interesse público.

Ex-diretor de redação de O Estado de S.Paulo e de Veja, entre outros cargos relevantes que ocupou em veículos da imprensa, o jornalista Augusto Nunes faz restrições a um tipo de “cobertura” muito comum na mídia brasileira nas últimas décadas:

*“Sou contra a divulgação constante daquelas imagens do plenário da Câmara vazio na sexta-feira, acompanhadas por textos que criticam a semana curta dos deputados. Depende. Muitos podem estar trabalhando em comissões. E outros, visitando suas regiões – as tais visitas às bases, expressão desmoralizada pelo excesso de uso. Mas um congressista tem de manter contatos com quem votou nele. O Legislativo é muito maltratado pela imprensa, porque é o poder mais fraco” (Nunes, 2003: 334).*

Para Luiz Gutemberg, escritor e jornalista político, há um divórcio absoluto entre a realidade do Congresso e aquilo que se diz sobre a instituição, porque as pessoas, no caso, os jornalistas, que cobrem a política em Brasília, são despreparadas e há absoluto desconhecimento dos fatos pela reportagem. Na questão do alegado absentismo dos parlamentares, segundo o jornalista, ele não ocorre porque falem deputados ou senadores naquele momento, mas por uma decisão dos parlamentares de não comparecerem ao plenário:

*“A visão que se tem do funcionamento do Congresso, dada pelos jornais e televisão, é portanto falsa. Ou para o bem ou para o mal, não é verdade que os deputados não vão a Brasília. Entre terça e quinta, eles estão lá. Então, existe um divórcio entre aparência e realidade” (GUTEMBERG, 1995: p.170).*

Ao acompanhar diária e detalhadamente o trabalho de jornalistas que cobrem as atividades do Congresso, especialmente da Câmara dos Deputados, em 1996, a Malena Rodrigues (2002-A: 41) verificou que a cobertura do plenário “é a mais pulsante”, porque não se trabalha sobre a pauta de votações ou os pronunciamentos de deputados. Segundo seu relato, os repórteres da grande imprensa costumavam ficar (e é exatamente assim até hoje) ao redor do plenário, observando “o diferente” das sessões ou localizando o parlamentar com que desejavam falar, mas quase nunca relatavam em seus veículos as decisões tomadas ou os projetos debatidos.

*“Destaque-se que Ordem do Dia, Pequeno e Grande Expedientes não entram na cobertura diária do Congresso, exceto se tratarem de tema rumoroso ou de agenda midiática. Deixa-se de informar fatos cotidianos relevantes, que afetam diretamente os cidadãos. Isto se dá pela exigência do fato atual pelo jornalismo, que privilegia cobrir bastidores” (Idem).*

Exemplo ilustrativo a respeito do que realmente interessa os jornais é detalhado também por Rodrigues (Idem: 64-70), ao analisar o noticiário da imprensa nos dias imediatamente

anteriores e durante a votação da reforma da Previdência Social pela Câmara dos Deputados, em maio de 1996. Às vésperas das votações, os jornais publicaram com destaque “denúncias” sobre nomeações políticas no Ministério da Previdência Social e sobre uma portaria do então ministro Reinhold Stephanes, que mudou as regras de cobrança de débitos previdenciários de entidades filantrópicas. Nos dias seguintes, o foco principal nas matérias políticas foram as pressões das bancadas de Minas e dos ruralistas sobre o governo, destacadas em primeira página pelos jornais como manobras ilícitas pressões e negociatas entre o governo e sua base parlamentar. Após selecionar, classificar e analisar o noticiário daqueles dias da votação das mudanças da reforma da Previdência Social, para sua tese de mestrado, a pesquisadora constata:

*“Era clara a preferência da imprensa pela controvérsia no espaço maior que o dado aos destaques aprovados/ rejeitados durante a votação, de real interesse público (Idem: 65)*

Evandro Carlos de Andrade, ex-editor chefe de O Globo e ex-diretor de jornalismo da TV Globo, atribui a falta de interesse da mídia pela política e pela atividade do Congresso à própria transformação sofrida pela sociedade nos últimos anos. O Brasil era uma sociedade hierarquizada e está cada vez mais informal, pela própria ação dos meios de comunicação. A economia se estabilizou, a democracia se consolidou. Essas transformações alteraram, em consequência, o interesse jornalístico:

*“Em um processo de estabilidade, é claro que os assuntos políticos e econômicos perdem muito do seu interesse jornalístico. Você não tem mais choques, ninguém mais liga a televisão para saber se no dia seguinte vai estar paupérrimo, se o seu salário acabou(...) Em relação à política, acontece o seguinte: a não ser no momento em que você tem a transição, a eleição, a política é um blábláblá muito grande. Em jornal, você ainda pode discutir bastante a essência de uma reforma institucional. Você não pode ser explicativo na TV. Ela não dá tempo para explicar (ANDRADE, 2003: 51).*

A diminuição do interesse público pelas notícias de política é corroborada, ainda, por Otávio Frias Filho, diretor de redação da Folha de S. Paulo:

*“Tendo a concordar que, em alguma medida, o interesse pela política vem decaindo. Tendo a concordar também que, em alguma medida, o interesse por um noticiário que possa ser utilizado pela modo mais utilitário tem crescido. Acho que o leitor tem uma relação cada vez menos diletante, cada vez mais utilitária com o noticiário: quer saber como ele quer usar, de que formal ele pode ganhar com aquilo” (FRIAS FILHO, 2003: 382).*

A mídia procura, cada vez mais, atender o que considera serem os interesses de seus leitores, sem, contudo, abandonar outros compromissos da empresa que a controla. Na visão de Elcias Lustosa (1996: 24), à medida em que um veículo defende grandes causas populares, ele amplia seu mercado consumidor. Contudo, em função dos compromissos políticos, econômicos

e ideológicos com empresários e governantes, acrescenta, “os grandes veículos dificilmente assumem posições públicas, de aberto engajamento nas grandes causas”.

*‘É importante lembrar que nem só de público vive um veículo de comunicação de massa. Ele sobrevive principalmente com o apoio de financiadores, seja por meio de publicidade direta, seja por meio de graciosas publicidades governamentais, ou, ainda, pelo uso de métodos inescrupulosos, como extorsão, mediante ameaça de divulgação de notícia capaz de pôr em risco negócios ou a estabilidade de alguém em função pública, bem como o falseamento da verdade para privilegiar ou prejudicar os detentores de poder econômico ou político’ (Idem: 24/25).*

Mesmo que seu trabalho tenha falhas, como aquelas reconhecidas pelos profissionais que nela militam, ou ainda que se utilize de métodos pouco ortodoxos na luta pela sobrevivência como empresa, o esforço dos veículos para conquistar credibilidade perante o público leitor faz todo sentido. Segundo a Pesquisa Social Brasileira, realizada pelo Instituto DataUFF, da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação de Alberto Carlos Almeida (Op. cit.: 187/189), 80% dos brasileiros avaliam positivamente o trabalho da imprensa (59% consideram boa e 21%, ótima a sua atuação).

A mesma pesquisa revelou, no entanto, que apenas 28% do público ouvido confia na imprensa. Um em cada cinco brasileiros não confia no que é publicado ou transmitido pelos veículos da mídia comercial, enquanto 52% dizem “confiar pouco” no que é publicado. Ou seja, a opinião pública aprova a forma como a imprensa e os jornalistas trabalham, aparentemente gosta dos temas e do enfoque como eles são abordados, mas não confia – ou confia com restrições - no resultado desse trabalho.

Essa desconfiança tem razão de ser. Como observa Francisco Sant’Anna, não são poucos os momentos, na história contemporânea brasileira, em que a imprensa, para atender interesses próprios ou alheios, camuflou ou ignorou a realidade e difundiu informações deturpadas ou simplesmente deixou de divulgar fatos que contrariavam o interesse das classes hegemônicas:

*“Dois casos não notórios. O primeiro se refere ao movimento Diretas já em 1984, pela redemocratização do país e que pedia eleições presidenciais imediatas – grande parte delas foi ignorada pelo complexo Globo (rádio, jornal e TV). O outro exemplo se refere à cobertura das eleições presidências de 1989, em especial o último debate entre os candidatos Lula e Collor. Ficou evidente nas deturpações editoriais o interesse das forças hegemônicas em garantir um resultado eleitoral que lhes agradassem” (SANT’ANNA, 2008: 15).*

A campanha das Diretas-já se tornou um clássico em matéria de agendamento mídia-opinião pública no Brasil. A TV Globo se viu forçada a divulgar o movimento a partir do grande comício realizado em São Paulo, que reuniu quase um milhão de pessoas. A Folha de S. Paulo, primeiro jornal da chamada grande imprensa a noticiar com regularidade todos os eventos da campanha pela volta das eleições diretas de Presidente da República, se tornou o jornal mais lido no país graças ao “marketing político” decorrente de sua postura no episódio (RIBEIRO, 1994: 54). A mobilização popular, a cobertura da imprensa e as articulações congressuais, juntas,

transformaram a votação da emenda constitucional das eleições diretas no fato político mais importante do ano de 1984, embora a proposta acabasse rejeitada pela Câmara dos Deputados por uns poucos votos.

Malena Rodrigues (2002-B: 108-121) estudou como se processa o agendamento entre opinião pública, meios de comunicação e Congresso Nacional, destacando: “o que acontece é uma relação triangular de influências mútuas, na qual se destaca o lado talvez mais forte(...) Esta é uma relação causal que não tem somente uma direção. Isso quer dizer: A imprensa agenda o Congresso porque agenda a opinião pública, que agenda a imprensa, que agenda o Congresso, que agenda a imprensa, que agenda a opinião pública...”

Não há equilíbrio entre as agendas, registra Rodrigues (Idem: 120), e os parlamentares sentem-se às vezes pressionados pela imprensa. Políticos e jornalistas se aproximam por interesse recíproco, numa relação simbiótica (Rodrigues, 2002-A: 44), que resulta em confiança recíproca e não raro se transforma em verdadeiras parcerias em que os primeiros entram com as informações valorizadas e a imprensa retribui com o respeito ao *off* e exposição positiva dos informantes.

Heloiza Matos (2001) afirma que o espaço ocupado pelo Parlamento na mídia e, por extensão no imaginário do cidadão comum, é freqüentemente negativo. As acusações mais freqüentes que são feitas ao Congresso e aos legisladores, em telejornais e na mídia impressa, segundo Matos, são de que eles resistem às reformas e são lentos na análise e na votação das matérias.

Essas mesmas críticas foram observadas por Novelli (Op. cit.: 155), ao analisar o noticiário da mídia tradicional referente às votações no Congresso no período 1990/1995: “78% do noticiário refere-se a lentidão no processo de votação, enquanto 22% apresentam a rapidez das votações”.

Matos identifica “as fontes dessas” acusações. Além da própria mídia e de setores empresariais que a apóiam, aponta o governo uma das “forças hegemônicas” a que se refere Sant’Anna, como interessadas em pressionar o Congresso, utilizando as páginas dos jornais e os noticiários em rede de televisão para veicular críticas ao trabalho legislativo:

*“Não importa o quanto as Casas trabalhem – nem se, comprovadamente, mesmo na avaliação de órgãos críticos como o DIAP, nunca tenha se trabalhado tanto: a imagem na grande mídia é a de lentidão e de ausências no plenário, mesmo que isso não corresponda à realidade das atuações parlamentares em sua ampla maioria. [...] A mídia brasileira, atualmente, parece exercer um lobby pela velocidade dos trabalhos parlamentares. Forma-se um coro uníssono (Executivo e meios de comunicação) pela urgência de “reformas” que precisam ser aprovadas o quanto antes, embora uma exposição dos projetos e de suas implicações seja veiculada apenas superficialmente por esses órgãos. (MATTOS, 2001).*

O ex-presidente da República e do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB-MA), entende que, mais do que pressionar e agendar um Poder da República, a mídia passou



a exercer rígido controle externo sobre as atividades do parlamento. A opinião pública é o novo interlocutor da sociedade democrática, cujos humores se manifestam através dos meios de comunicação em tempo real, o que coloca, de forma imperativa, o desafio que consiste em definir quem representa o povo, afinal – afirma o ex-presidente (SARNEY, 2001: 1), sentenciando, com gravidade:

*“Os parlamentos estão condenados a conviver com essa nova realidade, conscientes de que sua antiga e monopolista função terá de ser dividida com a sociedade civil organizada, com os grupos de pressão, as Ongs, que passaram a exercer o papel de vocalizadoras da opinião pública, sem excluir a vigilante influência dos grandes interesses do poderoso mercado globalizado. Creio que marchamos para um tipo ainda não modelado de democracia direta. O sistema representativo está ferido de morte. Ele perde a batalha para a mídia. O que vem? O futuro ainda não se deixou desvendar. Apenas emite sinais”.*

### **2.1. Congresso: a cobertura da imprensa e a evolução da divulgação**

A Constituição de 1946 inaugurou efetivamente o estado democrático no Brasil e deu amplos poderes ao Congresso, que se tornou então ator de destaque no cenário político nacional. Segundo Villas Boas Correa, todos os 17 jornais do Rio de Janeiro, todos os de São Paulo e os veículos mais importantes de todo o país tinham uma seção fixa de cobertura dos trabalhos parlamentares, com espaços dedicados ao Senado, à Câmara, às comissões e a chamada reportagem política.

*“A disputa do poder acontecia, ou repercutia, ou passava pela Câmara, onde as informações afluíam com enorme abundância(...) Ora, por que a reportagem política se centrava no Congresso? Porque o Congresso era não apenas a fonte do poder, mas tinha um funcionamento regular, tinha uma rotina” (CORREA, op. cit.:p.150).*

No início da década de 60, a sede do Congresso foi transferida para Brasília e boa parte da imprensa, que freqüentava o Senado e a Câmara no Rio de Janeiro, deixou de dedicar o mesmo espaço à cobertura das atividades parlamentares. Os deputados e senadores perderam o contato diário com os jornalistas e com o público que freqüentava as galerias. Como observa Daniel Machado da Costa e Silva, um dos primeiros funcionários da antiga Secretaria de Divulgação, Imprensa e Relações Públicas (ADIRP) da Câmara dos Deputados, os deputados sentiam-se isolados na capital recém inaugurada e cobraram da Mesa da casa providências para que o país todo tomasse conhecimento do que ocorria no plenário e nas comissões, em Brasília (SILVA, 2001, p. 10)

Em 1961, o Legislativo começou a divulgar em programas radiofônicos especiais, em emissoras públicas e privadas, as atividades dos parlamentares. Em 62, Câmara e Senado assumiram a produção e a elaboração do noticiário divulgado na Voz do Brasil, até então sob responsabilidade da Agência Nacional, do Poder Executivo. Mas essas tentativas de ampliar o espaço do Congresso na mídia foram frustradas em 1964, com o golpe militar que fechou o Congresso, cassou mandatos e reduziu as prerrogativas e poderes dos parlamentares.

Nos anos da ditadura, o Congresso só funcionava por “concessão” dos militares e do Executivo. Centenas de parlamentares foram cassados e a imprensa vivia sob censura. Os poderes do Legislativo eram limitados e as notícias a seu respeito, portanto, de pouca importância. A imprensa simplesmente ignorava os políticos, dando-lhes atenção apenas nos momentos de crise, como a de 68, que levou à decretação do AI 5. A crise institucional e o fechamento do Congresso Nacional, em dezembro de 68, frustraram a implantação da Rádio do Congresso, cujo funcionamento havia sido autorizado pelo ex- presidente Costa e Silva em 31 de agosto de 1967, através do decreto 61.258. Segundo Daniel Machado da Costa e Silva (Idem: 27) , a rádio em Ondas Curtas, que funcionaria em frequências já em poder da Rádio Nacional de Brasília, controlada pelo Poder Executivo, nunca foi instalada.

A divulgação do Legislativo, na década de 70, foi tímida. As notícias sobre atividades de plenário e comissões eram reunidas em boletins informativos impressos – *Súmula Informativa*, no Senado, e *Câmara é notícia e informação*, distribuídos aos jornalistas da imprensa privada e aos diversos setores das casas legislativas. Além disso, a Câmara e o Senado produziam resumos diários da atividade dos plenários para veiculação no programa de rádio Voz do Brasil e noticiário que era transmitido via telex e fax para os jornais e emissoras de rádio e televisão.

Em 1982, aos primeiros sinais da democratização gradual promovida pelos militares, a Câmara dos Deputados profissionalizou seu informativo diário, formato A4, que trazia notícias sobre todas as matérias votadas no plenário e comissões, os principais discursos de plenário e atividades de líderes partidários e dirigentes da Casa. Com tiragem de cerca de 5 mil exemplares, denominado *Câmara Informa*, destinava-se à própria casa, aos jornalistas credenciados para a cobertura de suas atividades e a quase 200 veículos de imprensa privada nas principais cidades do país.

Junto com a abertura política, ocorreu uma verdadeira explosão da imprensa sindical e corporativa no país. Categorias profissionais investiram pesado em estruturas jornalísticas próprias para veicular informações de interesses dos trabalhadores que não encontravam espaço na chamada grande imprensa. Como observa Francisco Sant’Anna,

*“campanhas salariais, inflação, custo de vida, eleições sindicais eram temas raros nas páginas dos jornais, quanto mais achar a opinião de um dirigente sindical sobre a situação econômica do país. Em outubro de 97, quando a imprensa sindical já não era assim tão pungente, tinha-se conhecimento de uma produção mensal de 12 milhões de exemplares apenas no estado de São Paulo. Somente o jornal do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo possuía uma tiragem de 120 mil exemplares/dia” (SANT’ANNA, 2008: 39)*

No Congresso Nacional, guardadas as diferenças, os parlamentares “acordaram” para a necessidade de possuir veículos próprios de comunicação na Assembléia Nacional Constituinte de 1986/88. O Jornal da Constituinte, veículo impresso de divulgação dos trabalhos da ANC, chegou a tirar mais de 100 mil números por edição. Para assegurar a veiculação televisiva das principais discussões e votações nas comissões e no plenário, a mesa da Constituinte criou,



através de ato legal, o Diário da Constituinte, um telejornal diário com 5 minutos de duração, veiculado em dois horários obrigatoriamente por todas as emissoras de rádio e TV do país.

Nos anos de 87 e 88, enquanto funcionou a Assembléia Nacional Constituinte, o Legislativo teve ampla cobertura da mídia nacional e internacional, sobretudo na votação dos artigos da nova Carta em plenário, no período de janeiro a junho de 88. Concluída a elaboração da nova Carta, porém, a cobertura da imprensa ao Congresso se esvaziou.

*“Após a promulgação da Constituição, diminuiu o interesse dos jornais pelas atividades legislativas e parlamentares – constatou Vladimyr Lombardo Jorge (2003: 5), o que se revelou na diminuição das notícias e das chamadas sobre o Poder Legislativo publicadas na imprensa e, em conseqüência, a visibilidade dessas atividades nesses meios de comunicação de massa. Entre o primeiro e o segundo semestres de 1988, quando se encerrou a Constituinte, a publicação de notícias caiu 49% e a de chamadas, 46%”.*

No início da década de 90, a atenção da mídia se voltou para o primeiro Presidente da República eleito pela via direta após 1964. O Legislativo passou meses sob forte pressão do então presidente Collor, cuja pregação eleitoral centrou-se na crítica aos políticos. Apoiado nos milhões de votos que recebeu na eleição de 1989, Collor congelou os depósitos bancários de milhões de brasileiros, através de medidas provisórias. E o Congresso aprovou essas MPs.

O Congresso voltou às primeiras páginas dos jornais dois anos depois, quando foi instalada a CPI que investigou Collor e que resultou no processo de impeachment do Presidente. As investigações sobre os desvios de recursos culminaram na também famosa CPI mista do Orçamento, de 1992, cujas reuniões eram acompanhadas por centenas de jornalistas. Nesse período, o Legislativo trabalhou muito, mas a comunicação das duas Casas praticamente não evoluiu.

Com o fracasso da revisão constitucional de 1993 e da edição do Plano Real, cujos efeitos maiores se fizeram sentir em meados de 94, o Congresso Nacional passou à condição de elemento passivo na agenda política. Os donos da agenda passaram a ser os presidentes da República eleitos pelo voto popular, a opinião pública, que se organizou para reivindicar direitos e expor seus pontos de vista, e a mídia, que se firmou como intermediária entre a chamada opinião pública e os poderes constituídos.

Literalmente “encurralado” pelas reformas constitucionais e pela avalanche de medidas provisórias editadas pelo Executivo, pelas iniciativas legislativas do Poder Judiciário sob o argumento de suprir “lacunas” legais, e pela opinião pública, cujos pontos de vista nem sempre coincidem com os do Executivo e os do Judiciário, o Legislativo se convenceu de que necessitava de canais próprios de divulgação institucional, estruturados e profissionais, para se comunicar diretamente com a sociedade, sem o filtro e a intermediação da mídia comercial.

## 2.2. Os veículos próprios do Legislativo

Em fevereiro de 1996, entrava no ar a *TV Senado*. Em janeiro de 98, começava a funcionar a *TV Câmara dos Deputados*. Nos anos seguintes, seriam inauguradas as rádios Câmara (FM) e Senado (FM e OT). As agências de notícias das duas casas foram dinamizadas, informatizadas e passaram a ser a “porta de entrada” dos respectivos portais na Internet. O *Jornal da Câmara* e o *Jornal do Senado* foram ampliados, ganharam formato tablóide, com edições diárias e especiais de fins de semana, e tiveram suas tiragens decuplicadas, atingindo a faixa dos 50 mil exemplares/dia.

Com pouco mais de uma década de existência e com índices de audiência ainda restritos, dadas as limitações tecnológicas que impedem sua expansão, os veículos de divulgação legislativa aparentemente estariam cumprindo as finalidades para as quais foram criados. Justamente por serem novos, há, ainda, poucos trabalhos de pesquisa a respeito de seu funcionamento e avaliações concretas, fundamentadas, sobre a sua contribuição para ampliar a participação do Legislativo federal na formação da agenda pública e da agenda política. Nem pesquisas de opinião confiáveis que indiquem melhoria imagem pública do Parlamento, em decorrência da divulgação institucional através das *mídias das fontes*.

Luis Carlos Santana de Freitas (2004: 95 a 97) constatou aumento significativo da produção legislativa do Senado Federal no período 1995/ 2003, creditado ao advento da emissora própria de televisão. Na comparação, o pesquisador observou que os anos de 1995 e 2003 têm características semelhantes, por se tratarem de primeiro ano de legislatura após renovação de 2/3 (dois terços) dos senadores. Em 95, a *TV Senado* não estava funcionando. Em 2003, operando já há sete anos, “o canal já apresentava resultados e provas de consolidação perante a opinião pública e no próprio Senado”.

Ao comparar a produção legislativa desses anos, Freitas constatou que ela teve expressivo aumento. O número de propostas legislativas saltou de 652 em 95 para 1.464 em 2003. Os pronunciamentos passaram de 2.515 para 4.214, as comissões permanentes passaram de 7 para 8, as subcomissões, que eram 11 em 1995, chegaram a 18 em 2003. Na comparação, as comissões parlamentares de inquérito aumentaram de 2 para 5 (Idem: 106 a 110).

Apurada a evolução na atividade legislativa no período, o pesquisador entrevistou os senadores, deles colhendo uma avaliação sobre a importância da *TV Senado* no que chamou de “transformação” na atividade político-parlamentar na Casa. Sua conclusão foi a de que o trabalho legislativo aumentou muito e melhorou em qualidade e, segundo a maior parte dos senadores entrevistados, a TV Senado desempenhou papel fundamental nesses processos, dando oportunidade de prestação de contas aos eleitores e ampliando a visibilidade e, portanto, melhorando as perspectivas eleitorais dos senadores que souberem dela se utilizar (Idem: 116/117).

As mudanças induzidas pela *TV Senado* na casa legislativa já haviam sido notadas *en passant* por Muniz Sodré, em artigo publicado no Observatório de Imprensa em 2001.

“Diante da vigilância de um público potencial de milhões de telespectadores, mudou o tom dos debates, tornando-se os discursos mais agressivos e mais cuidadosos no que diz respeito ao apuro lingüístico, à qualidade da informação e à aparência física dos parlamentares” – disse ele (SODRÉ, 2001)

Francisco Sant’Anna estudou as semelhanças e diferenças entre a imprensa tradicional e os veículos de divulgação do Senado Federal, em 2005, através de pesquisa em que levantou o perfil dos profissionais e comparou as rotinas e os métodos de trabalho, os valores e paradigmas jornalísticos das duas mídias. Observou que, no geral, a percepção dos dois grupos quanto ao papel da imprensa na sociedade são semelhantes, mas os jornalistas da chamada “mídia das fontes do Senado Federal”, segundo ele, atribuem maior importância ao papel social da imprensa e reconhecem nela uma capacidade de intervenção sobre a opinião pública maior do que acreditam os setoristas da imprensa tradicional (SANT’ANNA, 2006: 108).

Constatou também o pesquisador que, na imprensa privada 56% dos jornalistas afirmam não possuir liberdade de cobrir o tema que desejam, enquanto no Senado, esse percentual é de 71%. Ou seja, “os profissionais da chamada *mídia das fontes* estão submetidos a um processo bem hierarquizado de construção da notícia, no qual a definição dos temas a serem cobertos depende de orientação e aprovação dos escalões superiores, o que não se verifica com igual intensidade na mídia tradicional” (SANT’ANNA, *idem*: 113).

Na conclusão de seu trabalho, Sant’Anna, destaca que os jornalistas não precisam necessariamente se concentrar apenas nos aspectos negativos do poder e que tampouco as mídias das fontes do Senado “deixam de noticiar os casos escabrosos, como a corrupção e os desmandos políticos”, o que reforça a sua credibilidade junto aos setoristas da imprensa tradicional que realizam a cobertura do Senado. Registra, ainda:

*“O jornalismo praticado pelas mídias do Senado contribui para um processo de transparência, uma ação de accountability, e é complementar ao modelo investigo da imprensa tradicional(...) A realidade recente do Brasil também demonstra que, em casos, não raros, foi a imprensa tradicional a executora de um jornalismo estrategicamente burocrático ou mesmo omissor de temas considerados inoportunos. Em outros, são as mídias das fontes que têm trazido à tona informações socialmente importantes mas desprezadas pelas mídias tradicionais” (SANT’ANNA, *idem*: 117).*

### 3. O PAPEL DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm se revelado, nos últimos anos, verdadeiras vitrines do Poder Legislativo. Segundo Marcos Evandro Cardoso Santi, as CPIs vem despertando grande interesse popular e, mesmo, em alguns episódios, a mobilização da sociedade. Num contexto em que a hipertrofia do Poder Executivo vem descaracterizando a função legislativa do Congresso, especialmente pela utilização de medidas provisórias, as CPIs resultaram nos principais momentos em que o Legislativo conseguiu despertar interesse e participação popular (SANTI, 2007: 22).

Instrumentos de fiscalização parlamentar cuja origem remonta a Inglaterra no princípio do Século XVIII, segundo afirma Manoel Gonçalves Ferreira Filho (1992: p.70), as CPIs são praticadas pelos Legislativos de países como os Estados Unidos, França, Portugal, Alemanha e Itália, entre outros, onde funcionam sob diferentes regulamentações.

No Brasil, foram introduzidas a partir da Carta de 1934. Banidas na Constituição de 37, sob cuja vigência o Congresso nem chegou a funcionar, foram retomadas a partir de 1946 e só cresceram em importância. A Carta de 1988, no parágrafo 3º do artigo 58, deu às CPIs poderes de investigação “próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos internos das respectivas Casas”, para apurar fato determinado.

Em outras palavras, como observa Pontes de Miranda, citado por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, não se pode abrir investigação parlamentar sobre crises *in abstracto*, cujas causas e consequências devem ser apuradas por outras comissões (FERREIRA FILHO, *idem*: p. 50 e 70). Nem se podem investigar assuntos de natureza privada. De acordo com José Afonso da Silva (2007: p. 433), “desde logo fica afastada qualquer forma de investigação pessoal. Igualmente, não é objeto de investigação parlamentar acontecimento de interesse privado ou não relevante para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do país”.

A Carta estabelece que essas investigações têm duração limitada no tempo. São comissões temporárias e não permanentes. Dispõe também que esse instrumento parlamentar de inquérito é um direito da minoria. Bastam as assinaturas de um terço dos integrantes de uma das casas, quando se tratar de CPI da Câmara ou do Senado, ou de um terço das duas casas, quando for o caso de uma CPMI, como a dos Sanguessugas, integrada por deputados e senadores, para sua criação. A maioria governista não pode impedir a instalação das comissões parlamentares de inquérito, atestam decisões do Supremo Tribunal Federal.

O ministro Celso de Mello, em voto no MS 24.831/DF, foi contundente, ao observar que não podem os dirigentes do Congresso, representantes da maioria, negar o exercício de direito líquido e certo de instalação de uma CPI.

*“Essa garantia instrumental – reconhecida (e efetivamente assegurada) às minorias (CF, art. 58, parágrafo 3º) – representa a fórmula constitucional destinada a amparar tais grupos minoritários no desempenho – que se deseja eficaz – do direito de investigar os próprios detentores do poder, impedindo que estes, por intermédio dos blocos hegemônicos no parlamento, obstruam, mediante artifícios*

*regimentais ou manipulações interpretativas, a instauração e a realização do inquérito parlamentar” (MS 24.831/DF).*

Em se tratando, portanto, de fatos determinados de natureza pública, a CPI pode quebrar sigilos bancário, telefônico e fiscal, convocar autoridades, requisitar documentos e adotar todos os procedimentos necessários à apuração. Seus integrantes tem ainda poderes para determinar se suas reuniões, onde se incluem as audiências para a tomada de depoimentos, serão públicas ou privadas.

*“Foram as CPIMs de 1992 e 1994, que inauguraram a fase das transmissões televisivas diárias e ao vivo dos trabalhos legislativos – atraíram a atenção da sociedade e abriram caminho para a criação das TVs e Rádios Senado e Câmara, a partir de 1995. Em 1992, a Rede Bandeirantes de Televisão, em cadeia nacional, realizava um programa matinal de notícias e variedades (Dia-a-dia), que passou a transmitir na íntegra e ao vivo os depoimentos da CPMI PC Farias/Collor; além de ocupar o horário matinal da programação, esses depoimentos muitas vezes estendiam-se até à noite, com grandes índices de audiência. Confirmada a popularidade das transmissões, os demais canais de televisão também passaram a transmitir os trabalhos da referida CPMI” (SANTI, op. Cit: p. 38).*

Como observa ainda Santi, graças à atuação das CPIMs que investigaram PC Farias e os chamados anões do Orçamento, o Congresso superou as críticas então correntes de que os trabalhos de investigação parlamentar eram de pouca eficácia, ou, como se dizia popularmente, estavam fadados a acabar em pizza.

Alguns estudiosos do direito, como Eduardo Fortunato Bim, apontam desprestígio e desgaste do instituto da CPI junto à opinião pública em vista da equivocada compreensão de sua finalidade no sistema político brasileiro. “São consideradas populistas e inúteis, sob o fundamento de que, se os agentes da Polícia e/ou do Ministério Público estivessem cumprindo suas atribuições investigativas, elas seriam totalmente desnecessárias” (BIM, 2005: p. 107).

Ainda que possam ser feitos reparos aos resultados de algumas CPIs, é inegável que elas tem uma forte sinergia com a opinião pública e o clamor popular. É o caso de comissões mais recentes, como a dos Correios, que resultou na cassação dos ex-deputados José Dirceu, Roberto Jefferson e Pedro Correia, e a dos Bingos, cujos trabalhos acabaram contribuindo, ainda que indiretamente, para a demissão do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Como também é notório que elas ampliam largamente a visibilidade do Legislativo, ao oferecer um “produto” midiático bem palatável.

Augusto Nunes justifica em parte a postura da mídia de não dedicar mais amplos espaços à cobertura política em geral. Reportagens sobre reuniões de comissões da Câmara, segundo ele, adormecem qualquer leitor, qualquer espectador. Mas a política pode ser interessante, “em alguns casos”, segundo ele:

*“Quando pintam certas CPIS, a TV Senado faz enorme sucesso. Ela mostra o que é o Congresso, o que um parlamentar faz exatamente, os poderes de cada cargo. As comissões, aliás, têm coisas muito atraentes, que os jornalistas não acompanham por preguiça, porque dá trabalho” (NUNES, Op. cit: 334).*

Já faz parte da história política do país a frase “CPI a gente sabe como começa, mas nunca se sabe como termina”, atribuída por alguns ao ex-senador Jorge Bornhausen (SC) e por outros ao ex-deputado Ulysses Guimarães, e pronunciada às vésperas da instalação da CPI que investigou o esquema PC Farias/ Collor de Mello.

A CPI é uma fonte rica de controle sobre os órgãos do Governo e da Administração, segundo Sérgio Rezende de Barros, para quem, em virtude de seus poderes parajudiciais, ela pode abastecer de dados e documentos os representantes do povo e dos estados na federação, bem como outros controladores. “Assim, o Estado brasileiro encontrará nela o mais devassador e, não obstante isso, um democrático e jurídico instrumento de combate à corrupção” (BARROS, S.: p. 7).

Prova inequívoca de que as CPIs constituem fatores políticos capazes de desestabilizar governos e influenciar o processo político é o fato de que, sob a vigência da Constituição de 88, ocorrem freqüentes e profundos embates político-parlamentares toda vez que se cogita de criar uma CPI sobre matéria relevante para o Poder Executivo (SANTI, op. cit: p.36).

*“Sobretudo após o caso do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, (as CPIs) foram interpretadas como uma ameaça à própria sobrevivência do Governo e dos partidos que o apóiam. Por isso, quando da consumação da criação de uma CPI, ou mesmo quando já tiver sido criada, a base parlamentar de apoio ao Presidente da República com freqüência tem lançado mão de um último instrumento parlamentar: anular o requerimento, por meio do questionamento constitucional – e também regimental – do preenchimento dos requisitos de criação da comissão” (SANTI, idem: p.46).*

Por tudo isso, as CPIs se tornaram nos últimos anos em objeto de centenas de trabalhos jurídicos e de estudos no campo da ciência política e do direito constitucional. O caráter público de seu trabalho, ao nosso ver, faz delas também um fenômeno relevante no campo da comunicação, em especial na comunicação do Legislativo. Daí a nossa decisão de tomar uma CPI como ponto de referência para este estudo no campo da comunicação do Poder Legislativo.

### **3.1. Breve resumo sobre a CPMI dos Sanguessugas**

Ao logo de todo o processo de sua instalação e de seu funcionamento, a CPI dos Sanguessugas expressou com precisão o jogo político que sempre está por traz dos inquéritos parlamentares. As primeiras denúncias foram publicadas na imprensa em cinco de maio de 2006. A investigação policial denominada *Operação Sanguessuga* apurou que uma empresa privada especializada em transformar veículos de transporte em ambulâncias montou uma grande rede, que contava com o apoio de deputados e senadores, para incluir no orçamento da União verbas destinadas aos municípios e para manipular as concorrências abertas para a compra de ambulâncias.

Mais de 45 dias transcorreram entre as primeiras notícias sobre o envolvimento de parlamentares na venda superfaturada de ambulâncias e a instalação da chamada CPMI dos Sanguessugas. A campanha eleitoral estava começando. Às vésperas do chamado recesso branco,



os presidentes da Câmara e do Senado, prudentemente, pretendiam deixar as investigações a cargo do Ministério Público e do Poder Judiciário. Pressionados pela maioria dos deputados e senadores e pelo noticiário da imprensa, abriram inquéritos nas corregedorias das duas casas.

Mas a pressão não cessou. Confirmando as observações de Sérgio Rezende de Barros de que a CPI geralmente responde e corresponde a um clamor popular, no caso expresso através da mídia, o primeiro requerimento de constituição da comissão parlamentar mista de inquérito, apresentado em 18 de maio, foi recusado em sessão do Congresso Nacional do dia 31 do mesmo mês e devolvido pelo presidente do Congresso Nacional a seus autores, os deputados Raul Jungmann (PP-PE) e Fernando Gabeira (PV-RJ) e a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL).

Novas assinaturas de deputados e senadores foram colhidas em 48 horas. Entregue no dia 2 de junho, o novo requerimento foi lido e despachado duas semanas depois, no dia 14, em sessão do Congresso Nacional.

A CPMI, criada, segundo seu requerimento, *“com a finalidade de apurar as denúncias envolvendo a Operação Sanguessuga, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”*, foi instalada no dia 22 de junho. O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) foi eleito presidente e o senador Amir Lando (PMDB-RO), por acordo entre os partidos, foi indicado para relatá-la. As primeiras oitivas, com o Delegado de Polícia e o Procurador da República que conduziram a chamada Operação Sanguessuga foi realizada no dia 4 de julho.

No dia 6, começaram a ser notificados os deputados e senadores acusados de participação no esquema para que apresentassem defesa por escrito perante a comissão. A CPI preferiu não tomar depoimento de todos os 15 parlamentares inicialmente citados pela Polícia Federal e o Ministério Público.

Na semana seguinte, em Cuiabá, onde corria o inquérito policial, integrantes da CPI acompanharam os depoimentos de Darci e Luiz Antonio Vedoin, donos da empresa Planam, responsáveis pela montagem do esquema de venda de ambulâncias, e Maria da Penha Lino, ex-assessora da Câmara dos Deputados e do Ministério da Saúde, apontada como uma das principais “operadoras” do esquema no Congresso, no Executivo e junto às Prefeituras Municipais. Outros 42 nomes de parlamentares foram incluídos entre os investigados, elevando para 57 o total de notificados a se defenderem por escrito.

Com o Congresso Nacional em regime de recesso branco, e conseqüente diminuição das votações plenárias e das atividades nas comissões permanentes, a CPMI das ambulâncias se transformou na principal atividade do Legislativo, recebendo amplo espaço nos veículos de comunicação legislativa e também na imprensa tradicional, onde dividia a atenção com a campanha eleitoral. Apesar do esvaziamento da Câmara e do Senado, a comissão iniciou o mês de agosto tomando depoimentos de assessores de deputados e senadores acusados de colaborar com a chamada “máfia das ambulâncias”.

No dia 10 de agosto, a CPMI dos Sanguessugas aprovou o primeiro relatório parcial do senador Amir Lando, recomendando aos Conselhos de Ética da Câmara dos Deputados e do Senado

Federal a abertura de processos contra 69 deputados e três senadores por quebra de decoro parlamentar. Foi o momento mais importante de seu trabalho, do ponto de vista jornalístico. A imprensa, que acompanhava passo a passo as pressões sobre os integrantes do colegiado, se surpreendeu com o conteúdo do relatório, aprovado com o voto contra de apenas um senador (Wellington Salgado, do PMDB de Minas) e uma abstenção (do senador Sibá Machado, do PT do Acre).

As reuniões seguintes da CPMI foram esvaziadas, por falta de quorum e também pela proximidade da campanha eleitoral. Apuradas as eleições, em primeiro turno, em 2 de outubro, a falta de quorum persistiu. No dia 15, a revista *Isto É* publicou entrevista dos donos da Planan acusando José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo, de envolvimento com os fraudadores de ambulâncias. No mesmo dia, a Polícia Federal prendeu Valdebran Carlos Padilha e Gedimar Passos, num hotel em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão em dinheiro, que supostamente seria pago aos empresários Darcy e Luiz Antonio Trevisan por um dossiê que envolveria o ex-ministro José Serra com a máfia das ambulâncias.

Os dois presos citaram os nomes de integrantes do PT - Jorge Lorenzetti, Freud Godoi, Expedito Veloso, Osvaldo Bargas, o presidente do PT, Ricardo Berzoini e, ainda, o coordenador de comunicação da campanha do senador Aloísio Mercadante ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda – como envolvidos na desastrosa operação de espionagem eleitoral. A comissão ganhou fôlego novo e no final de outubro aprovou a convocação dos envolvidos no caso dossiê para depor.

Em novembro, a CPI retomou os trabalhos. Ouviu os ex-ministros da Saúde Barjas Negri, Humberto Costa e Saraiva Felipe. Interpelou os acusados de comprar o dossiê contra Serra, chamados de “aloprados” pelo Presidente Lula, além dos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e do Controle e Transparência, Jorge Hage Sobrinho, que pouco acrescentaram sobre a máfia das ambulâncias e sobre a origem do dinheiro apreendido em São Paulo.

No dia 14 de dezembro de 2006, a CPMI dos Sanguessugas aprovou seu relatório final, com 737 páginas, em que mantém as acusações contra os 72 parlamentares denunciados no relatório parcial de agosto, recomenda ao Ministério Público investigações complementares nos municípios onde se constataram suspeitas de irregularidades na compra de ambulâncias, relata a tentativa de compra de dossiê contra o ex-ministro José Serra e pede o indiciamento de dez pessoas envolvidas nesse episódio. O relatório final recomenda ao governo e ao Congresso uma série de providências para coibir desvios e manipulação de verbas orçamentárias com fins fraudulentos.

Mas o trabalho da CPMI dos Sanguessugas ainda teve desdobramentos, no Conselho de Ética do Senado, que absolveu os três senadores acusados, no Conselho de Ética da Câmara, onde foram julgados e absolvidos os 69 deputados denunciados, na Comissão de Orçamento, que rejeitou as sugestões de limitações às emendas individuais de parlamentares ao Orçamento da União, na Procuradoria Geral da República e no Supremo Tribunal Federal, onde ainda tramitam processos contra os ex-integrantes do Poder Legislativo envolvidos com a fraude na compra de ambulâncias, equipamentos e insumos à saúde.



#### 4. ESTUDO DE CASO: A NOTÍCIAS SOBRE A MÁFIA DOS SANGUESSUGAS E A CPMI DA COMPRA DE AMBULÂNCIAS

As investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre a existência de uma verdadeira quadrilha especializada na venda de ambulâncias superfaturadas aos municípios, com recursos do orçamento da União, começaram em 2004. Após a identificação dos mentores e chefes do esquema, os empresários Darci e Luiz Antonio Vedoin, e das empresas integrantes do esquema de fraude, foi montada uma grande investigação, denominada Operação Sanguessuga, para apurar o caso. Durante cerca de dois anos e meio, a polícia seguiu suspeitos, gravou telefonemas trocados entre os participantes da quadrilha, investigou contas bancárias de empresas e pessoas físicas.

No dia 4 de maio de 2006, foram presas 46 pessoas, entre elas empresários, assessores de deputados e senadores e dois ex-deputados federais, Bispo Rodrigues (RJ) e Ronivon Santiago (AC).

As prisões foram assunto dos noticiários on-line durante todo o dia, ganharam destaque nos telejornais daquela noite e as manchetes nos jornais impressos do dia seguinte: no dia 5 de maio, o *Correio Braziliense*, a *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e dezenas de jornais de todo o País noticiaram em primeira página as prisões dos integrantes da quadrilha de fraudadores.

A Operação Sanguessuga, até então secreta, se transformou na mais nova campeã de audiência da imprensa brasileira. De acordo com levantamento que realizamos nos três jornais acima mencionados, somente no mês de maio foram publicadas 271 notas, notícias e reportagens a respeito do assunto. Mas isso foi apenas o começo.

As denúncias envolvendo deputados e senadores levaram à criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar os parlamentares e autoridades do Executivo acusados de participar do esquema criminoso. O trabalho da CPMI turbinou o noticiário, cujo volume mensal passou a 300 notícias em julho e a 342 em agosto.

Entre 5 de maio e 31 de dezembro de 2006, os jornais da mídia tradicional selecionados publicaram um total de 1.574 matérias, notícias e artigos sobre a quadrilha dos sanguessugas, das quais 567 (equivalentes a 36,02% do total) vieram nas páginas do *Correio Braziliense*, 484 (que representam 30,74%) em *O Globo* e 523 (33,22%) na *Folha de S. Paulo*.

A prisão de assessores parlamentares e as denúncias sobre a participação de deputados e senadores no chamado “esquema” levaram o assunto para dentro do Congresso Nacional e, conseqüentemente, para as páginas dos veículos de divulgação legislativa. Em maio, antes mesmo de ser instalada a CPMI dos Sanguessugas, os veículos impressos do Legislativo publicaram 40 matérias sobre as investigações e denúncias da Polícia Federal: 22 notícias, correspondendo a 55% dos registros, saíram no Jornal da Câmara; outras 18, que representam 45% do total, tiveram espaço nas edições do Jornal do Senado.

Nos meses seguintes, o volume de notícias só aumentou, sobretudo a partir da instalação da CPMI da compra de ambulâncias. Foram 44 em junho, 67 em julho e 213 notícias em

agosto. Contaram-se 716 notícias sobre sanguessugas na mídia legislativa impressa no período analisado. Destas, 445 (equivalentes a 62,15% do total) foram publicadas no Jornal do Senado e 271 (que representam 37,85%) no Jornal da Câmara.

Somadas as matérias e demais textos noticiosos publicados nos três veículos da imprensa tradicional e nos dois veículos da mídia legislativa, chega-se a um total de 2.290 notícias sobre sanguessugas no período, conforme detalha o quadro a seguir:

**Tabela 4.0 - Notícias Selecionadas - 5 de maio a 31 de dezembro de 2006**

Veículos	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Correio Brasiliense	113	38	100	120	63	37	58	38	567
O Globo	71	31	93	116	55	37	47	34	484
Folha de S. Paulo	87	33	107	106	72	26	50	42	523
Subtotal (MT)	271	102	300	342	190	100	155	114	1.574
Jornal da Câmara	22	12	20	76	21	25	52	43	271
Jornal do Senado	18	32	47	137	79	39	66	27	445
Subtotal (ML)	40	44	67	213	100	64	118	70	716
Totais	311	146	367	555	290	164	273	184	2.290

Algumas observações relevantes sobre o quadro acima:

1. Todos os veículos pesquisados publicaram maior volume de noticiário sobre os sanguessugas durante o mês de agosto, coincidindo com a apresentação do primeiro relatório parcial da CPMI que denunciou 69 deputados e três senadores por envolvimento no esquema de superfaturamento de ambulâncias.

2. Os veículos da chamada mídia impressa tradicional publicaram volume de matérias superior aos jornais de divulgação legislativa ao longo de todo o período pesquisado, por noticiarem, além das atividades da CPMI, investigações realizadas pela Polícia Federal, decisões da justiça eleitoral que viriam a afetar as candidaturas de políticos acusados e outras ocorrências relacionadas aos sanguessugas de fora do Legislativo. Os órgãos da mídia legislativa, segundo se constatou, se limitaram a registrar fatos, decisões e pronunciamentos ocorridos dentro do Congresso Nacional, só se referindo a episódios fora do prédio do Legislativo quando eles foram relatados por parlamentares.

3. O Jornal do Senado publicou volume de matérias bem superior ao Jornal da Câmara durante o período pesquisado. Tal fato tem pelo menos duas explicações: a) o fato de que o Jornal do Senado tem edições especiais de final de semana, com reportagens sobre os temas que constam da agenda da semana seguinte e retrospectiva de assuntos e fatos ocorridos na semana anterior, o que não ocorre na Câmara; b) durante o período de campanha eleitoral de 2006, o Jornal da Câmara reduziu o número de edições, refletindo o esvaziamento do plenário e das comissões, o que não ocorreu com o Jornal do Senado.

Passemos, então, ao exame do material jornalístico levantado pela pesquisa, mês a mês.

#### 4.1. Análise do noticiário do mês de maio – O início de tudo

Nos três veículos da mídia tradicional pesquisados, a denúncia sobre os sanguessugas é objeto de dez reportagens no dia 5, com notícias sobre a prisão dos ex-deputados Bispo Rodrigues e Ronivon Santiago, de assessores de parlamentares e informações sobre como funcionava o esquema. A fonte das notícias é a Polícia Federal.

Das 271 notícias do mês, praticamente 18% são publicadas nos dias 6 e 10, que identificamos como os picos de polêmica sobre as sanguessugas em maio.

No dia 6, foram contabilizadas 26 matérias, com grande destaque para a descoberta de uma suposta “trama” de assessores parlamentares e integrantes do esquema para matar o jornalista Lúcio Vaz, do *Correio Braziliense*, o primeiro a investigar o desvio de verbas para a compra de ambulâncias.

No *Correio*, o principal título é ***Trama para matar jornalista.***

O *Globo* dedica suas dez matérias a dois focos principais: a ameaça de morte ao jornalista, com duas matérias, e o Congresso, que mereceu três títulos: ***Aldo promete providências rigorosas, Chefe da máfia tinha senha de parlamentar e Assessores de 64 deputados são envolvidos.***

Na *Folha de S. Paulo*, a maioria das matérias trata do Congresso, com os seguintes títulos: ***Inquérito atinge 12 partidos e 62 parlamentares, Suassuna sabia do esquema, indica gravação, PF prevê o envolvimento de mais congressistas*** e, cumprindo a regra do bom jornalismo de ouvir o outro lado, ***Suspeitos dizem não saber porque são citados.*** A trama contra a vida do jornalista merece apenas um título na *Folha*.

Dia 10, os títulos sobre sanguessugas são 24. A “musa” deste pico de polêmica é a “assessora” Maria da Penha, cujo depoimento à Polícia Federal foi vazado a conta-gotas aos jornalistas nos dias 7, 8 e 9, colocando os congressistas no centro das atenções.

No *Correio Braziliense*, destaques para ***Lista da propina tem 170 deputados, Coptação no gabinete, Devassa nas emendas*** e para o editorial ***Hora da faxina.*** Na linha de ouvir o “outro lado”, ***Congresso promete mudanças e Explicações a granel na Câmara.***

O *Globo* dedica ao Legislativo quatro dos 7 títulos da edição: ***Um terço da Câmara sob suspeita, Aldo: Câmara não protegerá deputado envolvido.*** Também destaca ***Doutor Rosinha diz que já foi procurado pela máfia e “Não acredito que ela disse isso”.***

Das sete matérias da *Folha de S. Paulo*, apenas uma não foca nos deputados e no Legislativo. As demais, ou seja, 85,8% do noticiário, os títulos são auto-explicativos: ***Assessora afirma à PF que 170 deputados recebiam propina; Assessora da saúde teve passagem de 3 meses pela Planan; Pepista recebeu R\$ 5 mil na conta, indica gravação; Fiscalização sobre emendas é frouxa, diz ministro da Saúde, e, ainda, Câmara quer arquivar maioria das suspeitas.***

Apenas o *Correio Braziliense* publicou três matérias, no espaço de uma semana, a partir do depoimento de Maria da Penha. Além de ***Lista de propina tem 170 deputados***, no

dia 10, o jornal trouxe também *Assessora crava 81 parlamentares*, no dia 11, e *Agora, são 283 parlamentares*, no dia 18. O número de envolvidos varia em 349%, mas o veículo não se responsabiliza por essa disparidade que confunde o leitor e atinge a imagem a instituição parlamentar.

O jornal, aparentemente, não checou a segurança das informações, como recomendam as regras do “bom jornalismo” referido por Roberto Muller (2003: 261), mas produziu desdobramentos da denúncia, ouvindo alguns dos deputados acusados. *Explicações a granel na Câmara*, título irônico de matéria publicada no dia 11, traz declarações dos deputados Ann Pont (PMDB-PA), Feu Rosa (PP-ES), Jovair Arantes (PTB-GO), Inaldo Leitão (PL-PB) e Kátia Abreu (PFL-TO) se defendendo das acusações, todos eles inocentes e não incluídos no relatório da CPMI. Dos citados na matéria, apenas dois efetivamente denunciados: Coriolano Sales (PFL-BA) e Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ). No dia 12, sob o título *Indignação de alguns acusados*, são citados mais quatro inocentes – Edson Duarte (PV-BA), Júlio Lopes (PP-RJ), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Zelinda Novaes (PFL-BA). No dia 14, na matéria *Os reis das ambulâncias*, o *Correio* cita os deputados João Caldas (PL-AL), Wanderval Santos (PL-SP) e Jefferson Campos (PTB-SP) como os que mais recursos liberaram para a compra de ambulâncias, com base em pesquisas no Siafi. Jefferson não figurou entre os denunciados pela CPI, nem pelo Ministério Público.

Ao longo do mês, os três veículos da mídia tradicional criticam a investigação sobre os sanguessugas iniciada pelas corregedorias da Câmara e do Senado. É antigo hábito da imprensa, já apontado por Novelli (Op. Cit.: 166), apresentar o Congresso como “instituição lenta em suas votações e bastante fisiológica e corporativa”. Ao analisar o noticiário selecionado, fica claro que essa prática permanece.

O *Correio* as denominou *Investigação frouxa* no dia 12. O *Globo*, dia 11, informa: *Câmara vai investigar logo apenas 16 deputados*.

A *Folha*, dia 11 noticia, na página 10, *Servidora presa denuncia 71 parlamentares*, e na página seguinte, *Câmara abre investigação sobre 16 deputados*.

Dia 19, os jornais publicam discretamente a notícia de que fora apresentado o primeiro requerimento para instalação da CPMI para investigar o caso.

Dia 25, parece até combinação entre os veículos a forma como tratam as declarações dos presidentes da Câmara e do Senado de que pretendem deixar a investigação de deputados e senadores a cargo da Procuradoria Geral da República. Na *Folha*, *Congresso desiste de investigar sua máfia*. *Correio: Congresso se recusa a investigar suspeitos*. O *Globo: Congresso se omite outra vez*. Nenhum deles acredita que a CPI vá ser instalada e isso fica bem claro em suas páginas.

Os veículos da mídia legislativa, ao longo de todo o mês, se dedicam à cobertura do trabalho das Corregedorias da Câmara e do Senado, acionadas pelos respectivos presidentes.

No *Jornal da Câmara*, destacam-se, dia 8, *Aldo Rebello anuncia medidas contra envolvidos no caso das ambulâncias*; dia 9, *Corregedoria e comissão de sindicância farão*

*investigações*; dia 11, **Caso das ambulâncias: Corregedoria investigará 16 deputados relacionados pela PF**. Nessa edição, são publicadas, pela primeira vez, as listas com os nomes de 63 deputados investigados pela Polícia Federal. Dia 17, **Deputados pedem apuração sobre responsabilidade por listas** e, dia 19, **Deputados pedem CPMI para caso das ambulâncias**.

O *Jornal do Senado* traz, dia 8, **Senado aguarda conclusão da Operação Sanguessuga**; dia 15, **Simon quer operação mãos limpas, Jefferson e Cristovam pregam moralização e Para Ideli, é essencial tomar providências**. No dia 22, na primeira página, **Nova CPI mista pode investigar esquema de sanguessugas** e nas páginas internas as primeiras defesas de acusados: **Suassuna nega envolvimento com quadrilha** e **Em nota, Serys nega ligação e pede cautela**.

As edições especiais de fim de semana do *Jornal do Senado* de 15 e 22 foram os picos de polêmica na imprensa corporativa do Legislativo no mês. A concentração de matérias, nos dois casos, se deve aos resumos de textos já publicados nas edições durante a semana, não decorrendo de fatos ou fontes específicas.

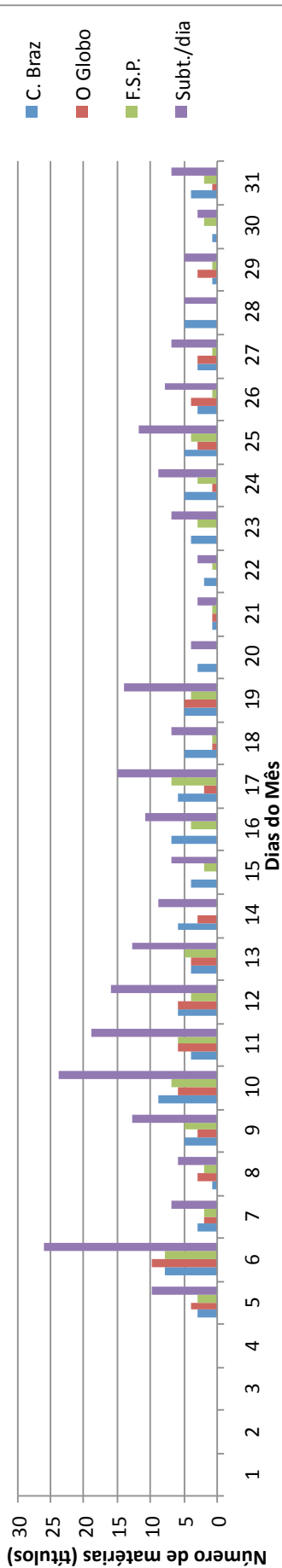
No dia 31, ao noticiar a devolução do requerimento de constituição da CPMI pelo presidente do Senado, os títulos de matérias foram os seguintes: *Correio*: **Uma CPI na geladeira**; *O Globo*: **Gabeira e Renan batem boca sobre sanguessugas**; *Jornal da Câmara*: **Adiada decisão de instalar CPMI sobre emendas da saúde**; *Jornal do Senado*: **Renan fixa prazo para correção de erro em requerimento de CPI**. A *Folha de S. Paulo* não noticiou.

A seguir, o quadro de matérias publicadas no mês pelos jornais pesquisados e os gráficos com os picos de polêmica nas duas mídias:

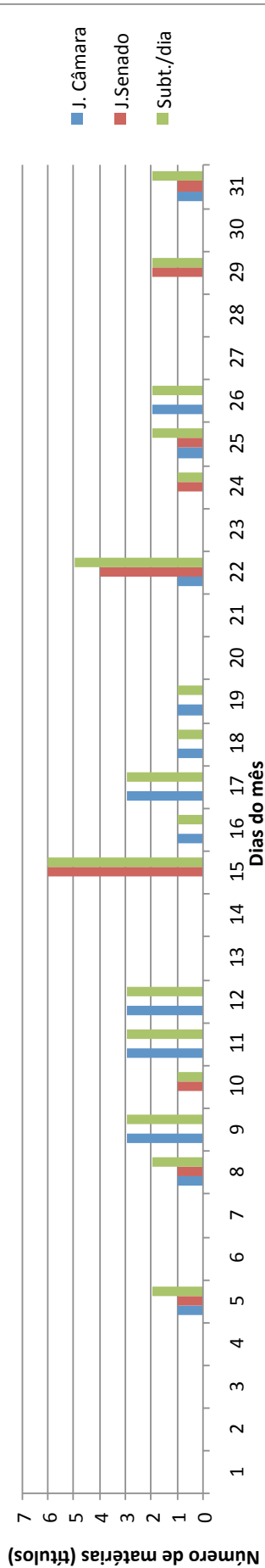
Tabela 4.1 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Maio/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
C. Braz	0	0	0	0	3	8	3	1	5	9	4	6	4	6	4	7	6	5	5	3	1	2	4	5	5	3	3	5	1	1	4
O Globo	0	0	0	0	4	10	2	3	3	6	6	6	4	3	0	0	2	1	5	0	1	0	0	1	3	4	3	0	3	0	1
F.S.P.	0	0	0	0	3	8	2	2	5	7	6	4	5	0	2	4	7	1	4	0	1	1	3	3	4	1	1	0	1	2	2
Subt./dia	0	0	0	0	10	26	7	6	13	24	19	16	13	9	7	11	15	7	14	4	3	3	7	9	12	8	7	5	3	7	
J. Câmara	0	0	0	0	1	0	0	1	3	0	3	0	0	0	0	1	3	1	1	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	1
J. Senado	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	4	0	1	1	0	0	0	2	0	1
Subt./dia	0	0	0	0	2	0	0	2	3	1	3	3	0	0	6	1	3	1	1	0	0	5	0	1	2	2	0	2	0	2	

Imprensa Tradicional - Matérias publicadas (Maio-2006)



Mídia legislativa - Matérias publicadas (maio/2006)



## 4.2. Em junho, o noticiário esfria

O número de matérias se reduz consideravelmente na mídia tradicional ao longo do mês: apenas 102, contra 271 publicadas em maio. O arsenal de gravações e documentos que alimentou o noticiário nas primeiras semanas dá sinais de esgotamento. Começam os desdobramentos judiciais das investigações. O Ministério Público denuncia 81 pessoas por formação de quadrilha e fraudes, o Supremo anuncia inquérito sobre 15 parlamentares e, no Congresso, é reapresentado o requerimento para criação da CPMI.

O principal pico de polêmica ocorrido no mês é dia 15, com oito notícias publicadas na mídia tradicional. No dia anterior, o plenário do Congresso Nacional aprovava a instalação da CPMI. O *Correio* noticia: ***CPI contra a máfia dos sanguessugas***. O *Globo* registra: ***Congresso cria a CPI dos Sanguessugas***. A *Folha* critica: ***Congresso cria CPI dos Sanguessugas, mas com prazo curto***.

Outros três dias registraram maior concentração de notícias na mídia tradicional. Dia 2, quando o MP denunciou os acusados à justiça, dia 8, quando os líderes dos partidos se reuniram com os presidentes da Câmara e do Senado e deram sinal verde para a criação da CPI e dia 28.

Ao noticiar a primeira reunião da CPI, dia 23, a *Folha* publica: ***CPI não vai ouvir políticos acusados***. No dia 29, é a vez do *Correio*: ***CPI poupa deputados*** e de *O Globo*: ***CPI dos Sanguessugas convoca seis pessoas para depor***. Os três veículos discordaram da decisão da CPMI de interpelar por escrito os parlamentares acusados, dispensando-os de interrogatório em público, sob as luzes da TV.

A aprovação da CPMI no plenário do Congresso deu origem ao pico de polêmica na mídia legislativa, registrado no dia 16. Como na véspera os veículos do Legislativo não circularam, a notícia só saiu no dia 16. O *Jornal da Câmara* deu, em primeira página, ***Congresso formaliza criação de CPMI para investigar sanguessugas***. No *Jornal do Senado* da mesma data, além da manchete ***Congresso institui CPI das ambulâncias***, outras seis matérias ampliavam o destaque ao tema: ***Líderes têm até terça para indicar integrantes...***, ***Álvaro e Virgílio querem conclusão dentro de 30 dias***, ***Eleições não atrapalham investigação, afirma Renan*** e, ainda, ***Heloísa: participação dos parlamentares deve ser esclarecida***.

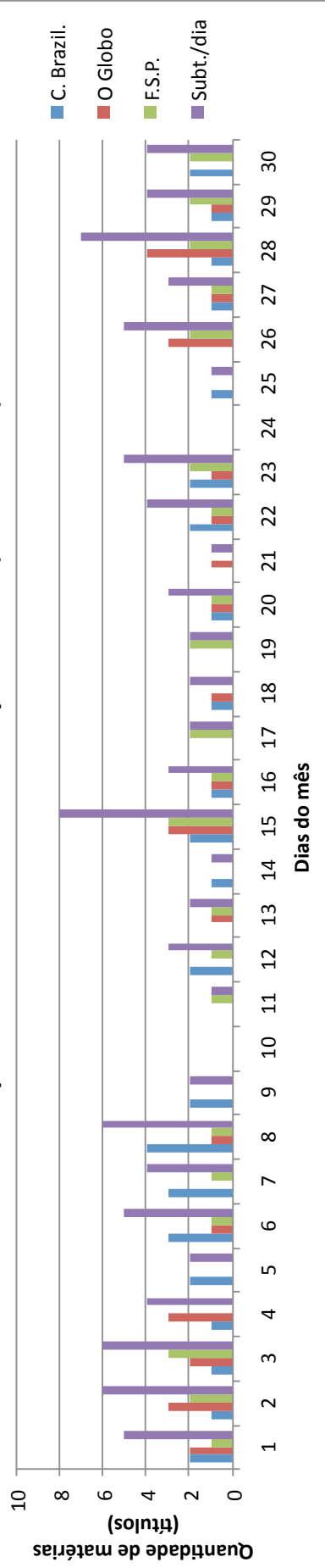
A seguir, o quadro completo das matérias publicadas em junho com os respectivos gráficos:



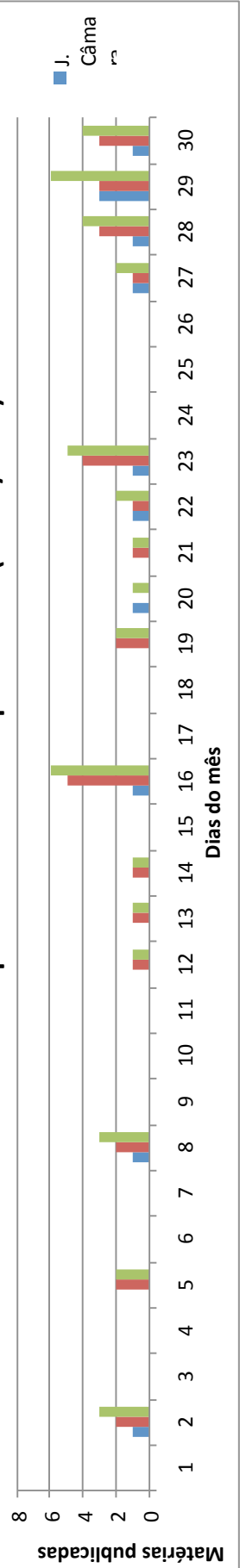
Tabela 4.2 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Junho/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C. Brazil.	2	1	1	2	3	4	2	0	2	0	2	0	1	2	1	0	1	0	1	0	1	0	2	2	0	1	0	1	1	2
O Globo	2	3	2	3	0	1	0	1	0	0	0	1	0	3	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	3	1	4	1	0
F.S.P.	1	2	3	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	3	1	2	0	2	0	2	1	0	1	2	0	2	1	2	2	2
Subt./dia	5	6	6	4	2	5	4	6	2	0	1	3	2	1	8	3	2	2	2	3	1	4	5	0	1	5	3	7	4	4
J. Câmara	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	3	1
J. Senado	0	2	0	0	2	0	0	2	0	0	1	1	1	0	5	0	0	2	0	2	0	1	4	0	0	0	1	3	3	3
Subt./dia	0	3	0	0	2	0	0	3	0	0	0	1	1	1	0	6	0	0	2	1	1	2	5	0	0	0	2	4	6	4

Imprensa Tradicional - Matérias publicadas (Junho-2006)



Mídia corporativa - Matérias publicadas (Junho/2006)



### 4.3. O noticiário do mês de julho

A mídia tradicional redobra o seu interesse pelo tema, com a publicação de 300 matérias durante o mês, e a mídia legislativa acompanha a tendência, com 67 matérias. Entre os jornais privados, a *Folha* lidera em número de matérias, com 107, seguida pelo *Correio*, com 100 e pelo *O Globo*, com 93. O *Jornal do Senado* traz 47 e o *Jornal da Câmara*, 20 matérias.

O mês começa a notícia de *O Globo*, *Folha* e *Correio* de que a Procuradoria Geral da República pediu ao STF a abertura de inquérito sobre mais 42 nomes parlamentares, ampliando para 57 a lista de suspeitos. A CPMI ouve o delegado e o procurador responsáveis pelo inquérito em Brasília no dia 4, e em seguida vai a Cuiabá para interrogar Maria da Penha Lino, no dia 10, e os empresários Darci e Luiz Antonio Vedoin, dia 11. Esses depoimentos duplicam a média diária de matérias da mídia tradicional de 5 ou 6 para 12 matérias.

No dia 19, a manchete do *Correio* é ***CPI revela nomes de acusados***, em *O Globo*, o título é ***Escândalo dos 10%: 56 deputados e um senador*** e na *Folha*, ***CPI diz que há provas contra parlamentares***. No dia, são 19 notícias na mídia tradicional.

No dia 26, foram publicadas 23 matérias sobre sanguessugas nos jornais pesquisados, a maioria delas em função de uma nova lista com os nomes de 33 parlamentares, divulgada pela CPI.

No *Correio Braziliense*, são quatro títulos: ***Saraiva Felipe está na lista, Deputado de aluguel, Gadelha se afasta e Corregedoria investiga quatro***.

*O Globo* traz manchete apoteótica - ***A maior investigação da História do Congresso*** - e outras sete matérias: ***Divulgação do relatório causa tensão, Presidente da CPI diz que pode abrir processo disciplinar contra senador, CPI inclui ex-ministro de Lula, Rio se firma como o estado dos sanguessugas, PT entra com dois na lista de suspeitos e partidos do mensalão têm maioria, Carro transportou banda*** e, ainda, ***Políticos notificados se defendem e PF investigará ONGs ligadas à máfia***. Só esta última não é pautada pela CPI. Na coluna *Panorama Político*, de título ***Tendência clara***, o jornal traz ainda um comentário sobre os sanguessugas. Total: 10 títulos num único dia.

Na *Folha*, são 8 matérias que direta ou indiretamente se referem à CPI: ***CGU enviará à CPI lista com 14 novos nomes, Ex-mulher de Emerson Kapaz confirma Ter recebido depósito atribuído à Planam, Esquema teve até propina mensal, diz CPI, Ex-ministro diz que nunca viu empresário, Serra diz desconhecer Vedoin e nega envolvimento, CPI cita ex-ministro de Lula em lista de 116 sanguessugas, Maioria recebeu em dinheiro ou por meio de depósito em conta, Ex-ministro recebeu alerta sobre fraude, mas reação foi lenta***. E, mais, um editorial, sob o sugestivo título de ***Infestação***, no qual afirma:

*Na contramão da ineficiência que tem sido a praxe das investigações parlamentares, a comissão logrou acumular, em prazo relativamente curto, elementos suficientes para pôr em xeque a credibilidade de quase um quinto dos integrantes do Congresso Nacional -de acordo com dados anunciados ontem, já são 91 os parlamentares suspeitos de envolvimento no esquema fraudulento de venda de ambulâncias.*

O pico de polêmica estabelecido no dia 26 se mantém com forte noticiário nos dias 28 e 29, que marcaram 22 títulos, e no dia 30, com 20 títulos. Nesses três dias, a *Folha de S. Paulo* respondeu pela metade das matérias publicadas: foram 10 nos dias 28 e 29 e 11 matérias no dia 30.

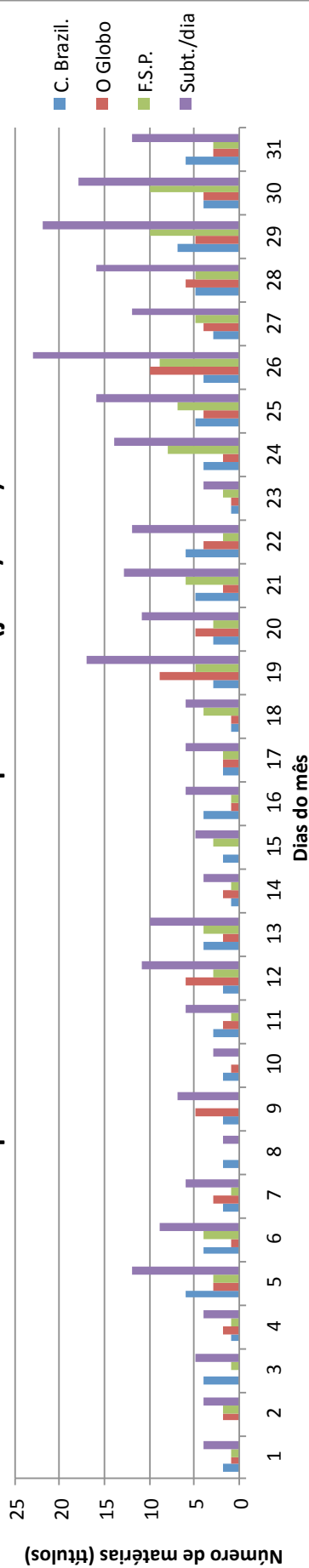
Durante o mês de julho, o *Jornal da Câmara* publicou apenas 13 edições, que trouxeram 20 matérias sobre os sanguessugas, enquanto o *Jornal do Senado*, com 21 edições, publicou 47 matérias. Em 18 dias do mês, a mídia legislativa não fez menção ao episódio dos sanguessugas. No dia 24, pico de polêmica, com 9 notícias. O *Jornal da Câmara* traz três matérias, uma delas com 13 deputados que se defendem das denúncias apresentadas pela CPI. O *Jornal do Senado* traz seis títulos, tais como ***CPI notifica 57, mas número pode mudar***, ***Punição a envolvidos na compra ilegal é incerta***, um box com as listas de parlamentares já notificados e matéria em que o senador Ney Suassuna se defende das acusações.

A seguir, o quadro e os gráficos com as matérias publicadas durante o mês:

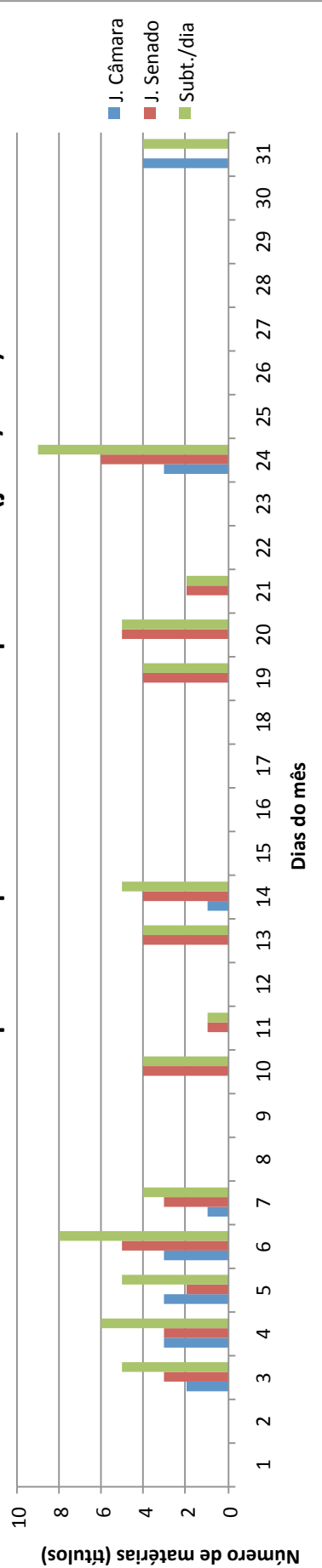
Tabela 4.3 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Julho/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
C. Brazil.	2	0	4	1	6	4	2	2	2	2	3	2	4	1	2	4	2	1	3	3	5	6	1	4	5	4	3	5	7	4	6
O Globo	1	2	0	2	3	1	3	0	5	1	2	6	2	2	0	1	2	1	9	5	2	4	1	2	4	10	4	6	5	4	3
F.S.P.	1	2	1	1	3	4	1	0	0	1	3	4	1	3	1	2	4	5	3	6	2	2	8	7	9	5	10	10	3	3	
Subt./dia	4	4	5	4	12	9	6	2	7	3	6	11	10	4	5	6	6	6	17	11	13	12	4	14	16	23	12	16	22	18	12
J. Câmara	0	0	2	3	3	3	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	4
J. Senado	0	0	3	3	2	5	3	0	0	4	1	0	4	4	0	0	0	0	4	5	2	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0
Subt./dia	0	0	5	6	5	8	4	0	0	4	1	0	4	5	0	0	0	0	4	5	2	0	0	9	0	0	0	0	0	0	4

Imprensa tradicional - Matérias publicadas (julho/2006)



Imprensa corporativa - Matérias publicadas (julho/2006)



#### 4.4. Agosto: a CPMI denuncia parlamentares

Durante todo o período de análise quantitativa das matérias publicadas, apenas uma única vez os picos de polêmica na imprensa tradicional e na mídia legislativa coincidiram: 11 de agosto, dia seguinte à aprovação do relatório parcial da CPMI das Sanguessugas, que denunciou aos conselhos de ética 69 deputados e três senadores. Foram contabilizadas 75 matérias, 33 na mídia tradicional e 42 nos veículos impressos do Legislativo.

Agosto foi mês de recordes em volume de notícias publicadas: 342 na mídia tradicional, com o registro de 120 pelo *Correio*, 116 em *O Globo* e 106 na *Folha*. E 213 nos veículos da mídia corporativa, assim distribuídas: 76 no *Jornal da Câmara* e 137 no *Jornal do Senado*. Digno de nota é o fato de que neste mês foram publicadas apenas nove edições do *Jornal da Câmara*.

Ao pesquisar as ocorrências da mídia tradicional, constataram-se 18 notícias no dia 1º, 21 no dia 2 e 18 matérias nas edições do dia 4, em sua maior parte “agendadas” pelos depoimentos dos empresários Vedoin à CPI, tomados na sede da Polícia Federal. Mas desde logo os veículos voltam sua atenção para o relatório que está para ser apresentado e votado na comissão. É a CPI agendando a imprensa.

Dia 2, o *Correio* já traz duas notícias antecipando o que viria uma semana depois: ***Cassações ainda vão demorar e Divisão em momento decisivo***, que revela divergências entre os dirigentes da CPI em relação aos parlamentares denunciados. Dia 9, ***Mais provas contra cinco acusados***.

A *Folha*, já no dia 1º, traz notícias com os títulos ***CPI tem prova documental contra 54 parlamentares e Deputados negam envolvimento com máfia***, antecipando a defesa de alguns acusados. Dia 6, o título é ***Relatório de Lando deve ter provas contra 60 suspeitos*** e, no dia 9, ***Relatório da CPI deve poupar 19 deputados***.

*O Globo*, por sua vez, já no dia 1º publica ***De 90 deputados, 75 devem ser levados ao Conselho de Ética*** e dia seguinte dois títulos que antecipam o relatório da CPI: ***Deputados negam ligação com sanguessugas*** e ***Sanguessugas do Executivo só vão ser investigados depois das eleições***. No dia 3, a notícia é ***Lista de Lando pode ter menos nomes***; dia 5, ***Para Simon, Suassuna deve deixar liderança*** e dia 7, ***Biscaia teme atraso nas ações da CPI***.

As edições do dia 10 vão na mesma linha. *Folha*: ***CPI deve pedir cassação de mais de 70 parlamentares***. *O Globo* aposta com palpite duplo, duas matérias: ***CPI recomenda processar 72 e Processos sobre pelo menos 70***. Informa, ainda: ***Ministros ficam para segunda etapa da CPI***. No *Correio Braziliense*, ***73 no corredor das cassações*** e ***CPI propõe fim das emendas***.

No dia seguinte, os diários da imprensa privada abrem páginas e páginas para a CPMI das Sanguessugas.

No *Correio Braziliense*, são 13 matérias, com destaque para ***Primeiro passo para a cassação da máfia das ambulâncias***; ***Partidos resistem em punir***; ***Cassações devem ficar para 2007*** e ***Suassuna tenta atrasar o processo***.

Em *O Globo*, são 12 textos, que se iniciam por ***O Congresso sangra*** e prosseguem com ***Dos 72 acusados, 63 são da base do governo; Maior bancada de sanguessugas é do Rio; Inclusão dos senadores foi polêmica; CPI inocenta 18 dos inicialmente suspeitos***; e, em seguida, detalha, em 5 matérias, os nomes denunciados em cada partido político e fecha com ***Conselho não julgará ninguém até as eleições***.

Na Folha de S. Paulo, 8 notícias foram localizadas. ***CPI pede a cassação de 72 congressistas e inocenta 18*** é a principal. Vêm, a seguir, ***19 congressistas receberam mais de R\$ 100 mil, diz CPI. Citados negam acusações e atacam CPI. Pressionado, Lando Madruga, mas mantém lista. CPI não leva em conta acusações contra 3 deputados e Cassação de parlamentares fica para 2007***.

Nas semanas seguintes, o volume de notícias se reduz em 75%. A mídia tradicional passa a acompanhar, então, o encaminhamento dos processos aos conselhos de ética da Câmara e do Senado e a pressionar por sua votação. Dedicar atenção aos acusados que desistem de nova eleição e aos tribunais eleitorais, que tentam impugnar o registro de candidatos denunciados pela CPMI dos Sanguessugas.

A mídia corporativa, durante o mês de agosto, publicou 213 matérias sobre os sanguessugas, recorde mensal, como já dissemos acima. Nos primeiros dias do mês, a cobertura dos dois veículos impressos é meramente factual: anuncia que a CPMI vai investigar a ação do Poder Executivo no escândalo dos sanguessugas, registra o depoimento do empresário Vedoin realizado no dia 3 e as votações de requerimentos de convocação de ex-ministros da Saúde e de ministros do governo Lula.

O *Jornal do Senado* abre espaço para a defesa dos senadores acusados. Dia 1º, traz ***Serys autoriza à comissão a quebra de sigilos***. No dia 2, ***Magno Malta diz que renuncia se acusações forem verdadeiras*** e, dia seguinte, ***Malta: nunca comunguei com esses canalhas***. No dia 4, ***Suassuna insiste em ser ouvido por CPI, o que pode ocorrer nesta Terça*** e, no dia 7, ***Ney Suassuna quer ser ouvido logo pela CPI***.

O *Jornal da Câmara* vai na mesma direção, no dia 4, com o título ***Deputados se defendem em plenário*** e no dia 7 com ***Venda de barco***, pequeno box em que um assessor justifica porque recursos foram depositados pela Planam em sua conta bancária.

A ansiedade observada na mídia tradicional com a proximidade do relatório parcial da CPI aparentemente contaminou parte da imprensa legislativa. No dia 2, o *Jornal do Senado* traz notícia de capa em que o presidente da comissão, Antonio Biscaia, anuncia que o relatório deve ficar pronto no dia 10. Na edição do dia 7, o mesmo *Jornal do Senado* informa: ***CPI divulga relatório parcial nesta quinta-feira***, na do dia 9, a principal manchete de capa é ***Relatório incrimina 70 parlamentares*** e, no dia 10, ***CPI aceita toda prova convincente***.

No dia 11, foi registrado recorde absoluto de notícias sobre o assunto no *Jornal da Câmara*, que dedicou toda a capa e trouxe outros 24 títulos, e no *Jornal do Senado*, que deu três chamadas na capa e publicou 18 matérias.

A capa do *Jornal da Câmara* trouxe cinco títulos, que resumem o conteúdo da edição:

*CPMI das Sanguessugas abre processo contra 72 parlamentares; Veja a lista dos parlamentares citados no relatório; Leia a defesa dos deputados acusados pela CPMI; Confira também o que disseram os inocentados e Aldo Rebelo propõe redução dos prazos de defesa.* Nas páginas internas, destacou duas notícias factuais, *Relatório denuncia 72 parlamentares e Órgãos federais mapearam esquema*. Trouxe duas listas: *Parlamentares inocentados e Parlamentares denunciados*, uma matéria de ordem processual, *Aldo convoca Mesa para reduzir prazos de defesa* e, em seguida, 15 matérias em que os acusados pela CPI se defendem ou se explicam e os excluídos comentam o relatório do senador Amir Lando.

O Jornal do Senado dá manchete e mais duas chamadas de capa: *CPI relaciona 72 parlamentares, que agora terão direito de defesa; Conclusões do relator*; e, *Propostas da CPI*. Nas páginas internas, detalha o trabalho de Lando em *Relatório aponta envolvimento de 72 parlamentares; Esquema criminoso atuou em larga e profunda escala; Os nomes do relatório* (lista de deputados e senadores denunciados); *Documento sugere extinção de emendas individuais ao Orçamento; Maior rigidez na lei de inelegibilidades; Entidades privadas podem ser impedidas de receber repasses*. Três matérias sobre os desdobramentos: *Investigações passam aos conselhos de ética; Cronograma até 22 de dezembro será decidido na terça*; e, *Demóstenes: Conselho aguarda decisão da Mesa*. As defesas de dois acusados: *Serys vê interesses político-eleitorais na citação de seu nome* e *Magno Malta diz que irá processar relator da CPI*. E matérias paralelas como *Texto é aprovado com um voto contrário e uma abstenção; Inocentes sofrerão desgaste político e podem não ser eleitos, diz Wellington; Virgílio pede aos eleitores que não votem nos acusados e José Jorge solicita que TCU investigue programa de inclusão digital*.

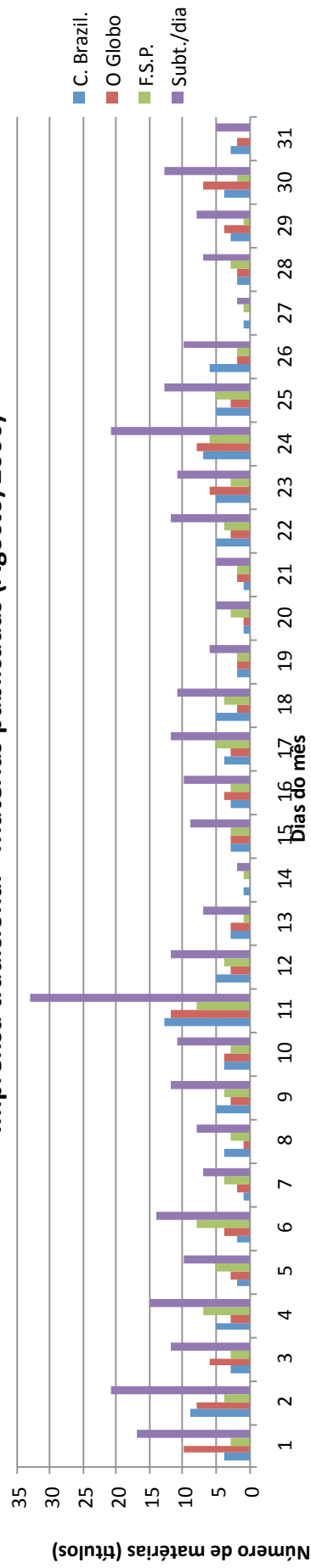
As edições seguintes da mídia legislativa seriam publicadas no dia 14, trazendo 23 matérias –13 no *JC* e 10 no *JS* - com mais detalhes sobre o conteúdo relatório, a defesa de outros deputados e dos senadores acusados e as medidas práticas e jurídicas de encaminhamento dos processos aos conselhos de ética da Câmara e do Senado. Neste dia, só para efeito comparativo, a mídia tradicional publicou apenas quatro títulos sobre sanguessugas.



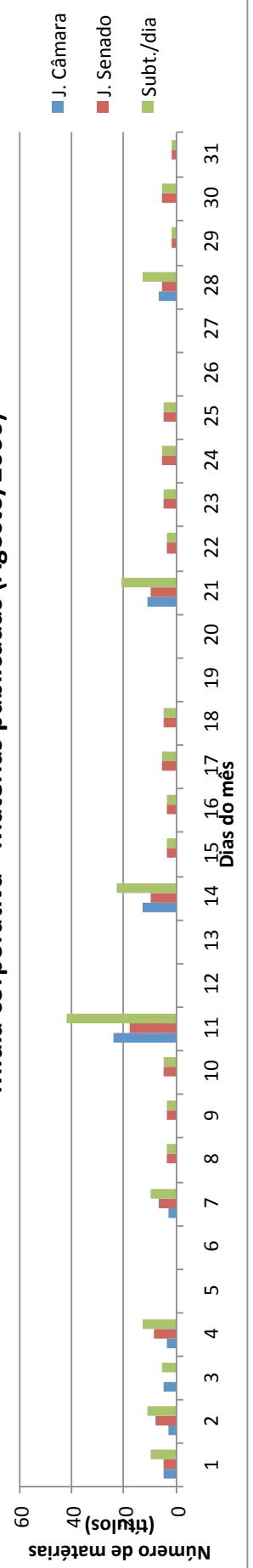
Tabela 4.4 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Agosto/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
C. Brazil.	4	9	3	5	2	2	1	4	5	4	13	5	3	1	3	3	4	5	2	1	1	5	5	7	5	6	1	2	3	4	3
O Globo	10	8	6	3	3	4	2	1	3	4	12	3	3	0	3	4	3	2	2	1	2	3	6	8	3	2	0	2	4	7	2
F.S.P.	3	4	3	7	5	8	4	3	4	3	8	4	1	1	3	3	5	4	2	3	2	4	3	6	5	2	1	3	1	2	0
Subt./dia	17	21	12	15	10	14	7	8	12	11	33	12	7	2	9	10	12	11	6	5	5	12	11	21	13	10	2	7	8	13	5
J. Câmara	5	3	5	4	0	0	3	0	0	0	24	0	0	13	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0
J. Senado	5	8	1	9	0	0	7	4	4	5	18	0	0	10	4	6	5	0	0	10	4	5	6	5	0	0	6	2	6	2	2
Subt./dia	10	11	6	13	0	0	10	4	4	5	42	0	0	23	4	4	6	5	0	0	21	4	5	6	5	0	0	13	2	6	2

Imprensa tradicional - Matérias publicadas (Agosto/2006)



Mídia corporativa - Matérias publicadas (Agosto/2006)



#### 4.5 Setembro: aloprados e eleição

O noticiário do mês de setembro começa pautado pela CPI, que divulga documento com uma relação de 60 prefeituras onde teriam ocorrido fraudes na compra de ambulâncias, pela Procuradoria Geral da República, que denuncia mais nove deputados, e pela Justiça Eleitoral, que julga impugnações de candidatos acusados de envolvimento com a máfia.

Darci e Luiz Antônio Vedoin depõem no Conselho de Ética do Senado e, dia seguinte (6), a *Folha* registra: ***Depoimento de Vedoin complica Suassuna e Malta***. O *Globo* só troca a ordem dos nomes: ***Vedoin complica Malta e Suassuna***. O *Correio* resume: ***Vedoin complica senadores***. Ainda no *Correio*, uma notícia premonitória: ***Para CPI, empresários escondem provas***.

O noticiário da mídia tradicional é quase burocrático, somando no máximo 11 notícias por dia, por falta de “novidades”. Ainda no dia 6, *O Globo* registra: ***CPI dos Sanguessugas: pausa para eleições***.

As atenções estão mais voltadas para o Conselho de Ética do Senado, que investiga o senador Ney Suassuna. No *Correio*, do dia 7, lê-se ***Suassuna desmentido no Conselho***. Na *Folha* do dia 7, o título é: ***Depoimentos de dois assessores complicam situação de Suassuna***. No dia 13, ***Suassuna se diz inocente e ataca imprensa e Biscaia***. No *Globo*, o título é ***“De repente, virei uma Geni”, diz Suassuna***. Dia 14, na *Folha*, ***Suassuna pediu assinatura falsa, diz assessora*** e no *Globo*, ***Outra assessora desmente versão de Suassuna***.

No dia 15, a revista *Isto É* publica entrevista de Luiz Antonio Vedoin denunciando o envolvimento do ex-ministro da Saúde, José Serra, com a máfia das ambulâncias. À noite, os telejornais de todas as emissoras trazem a notícia da prisão em São Paulo de duas pessoas com R\$ 1,7 milhão em dinheiro, que seria entregue à família Vedoin em pagamento de um “dossiê” sobre Serra e os sanguessugas. O dono da Planam e chefe da máfia volta para a prisão. E no dia seguinte o assunto é manchete em todos os jornais.

No mês, dois picos de polêmica: dia 16, com 14 matérias e, dia 19, com 15. A *Folha*, dia 16, publica seis notícias a respeito, os títulos principais são ***PF prende petistas acusados de comprar dossiê anti-Serra, Acusado de ocultar e vender provas e de chantagem, dono da Planam é preso*** e, ainda, ***Membros da CPI dizem que denúncias serão investigadas, mas pedem cautela***. O *Globo*, que traz 7 notícias sobre o assunto, destaca: ***Petista preso com R\$ 1,7 milhão, Isto É dá espaço para chefes da máfia e Serra diz que é baixaria contra sua campanha: Alckmin acusa o PT***. No *Correio Braziliense*, onde foram identificadas três notícias, a chamada forte é ***O novo estrago dos Vedoin***.

O pico de polêmica praticamente se mantém nos dias seguintes. De 16 a 23, os veículos da imprensa tradicional publicaram 93 notícias sobre os sanguessugas, quase a metade das 190 encontradas ao longo de todo o mês de setembro.

Mesmo em recesso eleitoral, os opositores que integram a CPMI se mobilizam para investigar, enquanto os governistas tentam retardar as apurações. Faltam praticamente duas

semanas para o primeiro turno das eleições de presidente e de governador e o episódio do dossiê, acredita-se, pode influenciar no resultado. O noticiário reflete essa disputa. Dia 19, na *Folha*, ***Convocação de citados no caso divide a CPI dos Sanguessugas***. No Globo, ***CPI quer convocar Freud para explicar dossiê***. No *Correio*, ***Esquenta a crise***. Dia 20, o próprio *Correio* aponta a solução: ***CPI deixa a apuração para depois***. Depois das eleições, é claro.

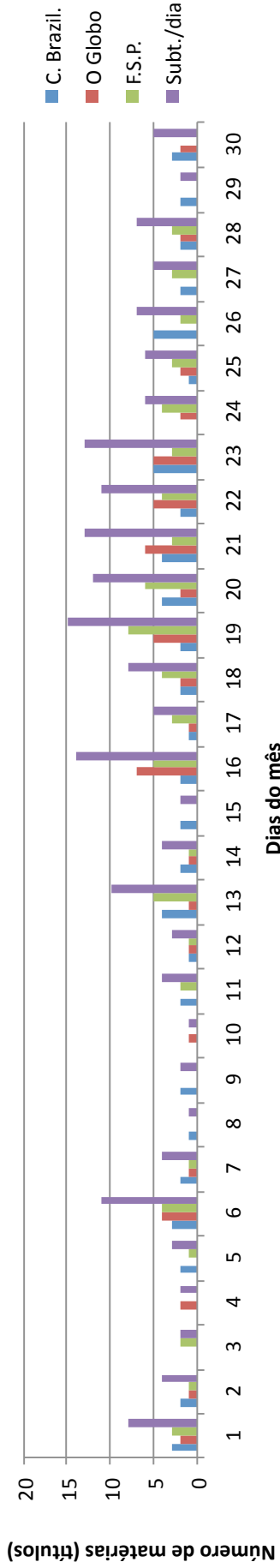
Em setembro, a mídia do Legislativo esfriou. O *Jornal da Câmara*, com apenas seis edições, publicou 21 matérias sobre os sanguessugas. O *Jornal do Senado*, que teve 19 edições, publicou 79 notícias. Na Câmara, o que chama atenção é o trabalho do Conselho de Ética, que sorteia relatores e notifica do processo os 67 deputados denunciados. No Senado, também.

O pico de polêmica do mês é registrado no dia 6, com 12 notícias, das quais 4 no *Jornal da Câmara*, que destaca a aprovação, em plenário, de emenda constitucional que extingue o voto secreto nas decisões do Congresso e decisão da Comissão de Orçamento de afastar os parlamentares envolvidos na fraude das ambulâncias. Entre as 8 notícias encontradas no *Jornal do Senado*, destaques para as avaliações sobre o depoimento dos Vedoin no Conselho de Ética, que destoa totalmente da interpretação da mídia tradicional, e para a adoção de maior rigor na fiscalização dos repasses de verbas para prefeituras.

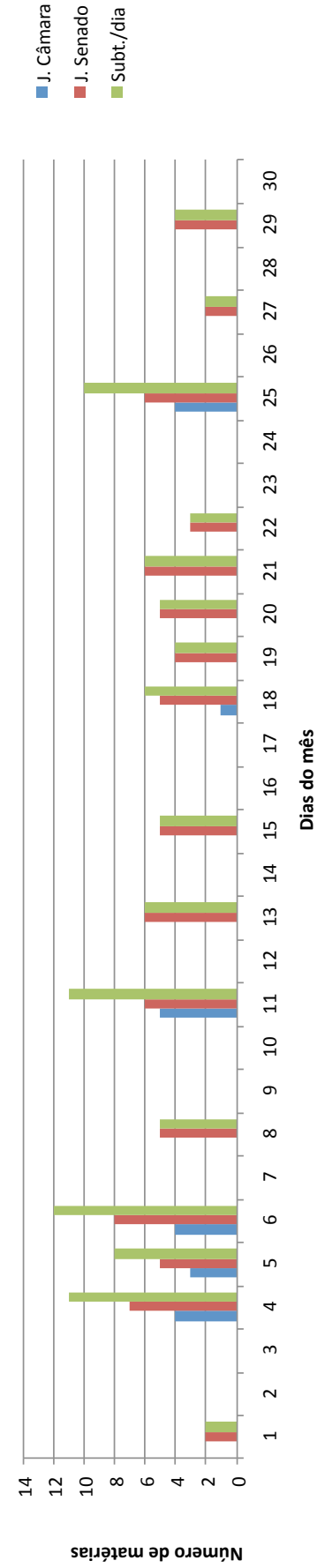
Tabela 4.5 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Setembro/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C. Brazil.	3	2	0	0	2	3	2	1	2	0	2	1	4	2	2	2	1	2	2	4	4	2	5	0	1	5	2	2	2	3
O Globo	2	1	0	2	0	4	1	0	0	1	0	1	1	1	0	7	1	2	5	2	6	5	5	2	2	0	0	2	0	2
F.S.P.	3	1	2	0	1	4	1	0	0	0	2	1	5	1	0	5	3	4	8	6	3	4	3	4	3	2	3	0	0	0
Subt./dia	8	4	2	2	3	11	4	1	2	1	4	3	10	4	2	14	5	8	15	12	13	11	13	6	6	7	5	7	2	5
J. Câmara	0	0	0	4	3	4	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0
J. Senado	2	0	0	7	5	8	0	5	0	0	6	0	6	0	5	0	0	5	4	5	6	3	0	0	6	0	2	0	4	0
Subt./dia	2	0	0	11	8	12	0	5	0	0	11	0	6	0	5	0	0	6	4	5	6	3	0	0	10	0	2	0	4	0

Imprensa tradicional - Matérias publicadas (Setembro/2006)



Mídia corporativa - Matérias publicadas (Setembro/2006)



#### 4.6 Outubro: eleições esvaziam a CPMI

Com “apenas” 100 matérias que fazem referência aos sanguessugas, o noticiário da mídia tradicional em outubro reflete a paralisação da CPMI e o foco dos políticos e de toda a sociedade nas eleições. As matérias se distribuem ao longo do mês, sem picos de polêmica acentuados. No dia 25, são sete notícias. Em outros sete dias do mês, foram localizadas seis.

Mas os jornais não esquecem o tema. No dia 2, o *Correio Braziliense* noticia: ***A derrota dos sanguessugas***. O *Globo* traz numa página ***Sanguessugas são reprovados pelos eleitores e Urnas revelam surpresas, Biscaia pode não voltar***. Na página seguinte, ***Mensaleiros conseguem voltar para a Câmara***. A *Folha de S. Paulo* sintetiza num único título, dia 3: ***Eleitor só reelege 5 sanguessugas, mas deixa fora presidente da CPI***. No dia 4, o *Correio Braziliense* estampa entrevista com Fernando Gabeira e o seguinte título: ***Caçador de sanguessugas é o mais votado no Rio: 293 votos***.

A CPMI se reúne no dia 17 para debater a convocação dos envolvidos no caso do dossiê. Dia seguinte, o *Correio* noticia: ***CPI convoca alopados***. No *Globo*, o título é ***CPI aprova a quebra de sigilo de Freud Godoy*** e, na *Folha*, ***CPI derrota o governo e convoca Berzoini e Freud para depor***. O segundo turno das eleições presidenciais seriam na semana seguinte e os depoimentos são agendados para novembro.

A mídia corporativa, em outubro, repete a imprensa tradicional: poucas matérias distribuídas ao longo do mês. No *Jornal da Câmara*, as notícias se dividem entre a burocracia do Conselho de Ética, que amplia os prazos para julgamento dos sanguessugas, as tentativas da CPI de ter acesso aos documentos do dossiê dos alopados e os desdobramentos na Comissão Mista de Orçamento das recomendações contidas no relatório parcial da CPMI. Dia 25, o *Jornal da Câmara* noticia: ***Máfia das ambulâncias – Conselho fará reuniões diárias para julgar processos***.

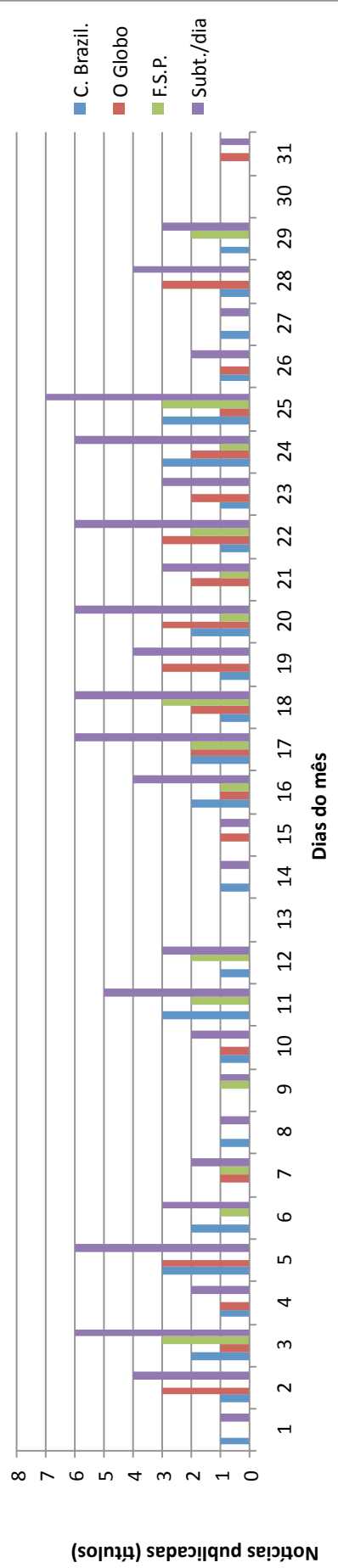
No *Jornal do Senado*, o noticiário contempla igualmente o Conselho de Ética e a CPI. No dia 6, é destaque ***Defesa de Serys convence relator*** e ainda ***Demóstenes lembra que é cedo para acusar ou inocentar senador*** (no caso, Magno Malta). No dia 10, registra: ***CPI investiga dossiê e pode ampliar a lista de envolvidos***.

O embate entre PT e PSDB na CPMI, em torno do dossiê dos alopados, também é acompanhado pela mídia corporativa. Dia 11, no *Jornal do Senado*, ***Investigação sobre dossiê gera polêmica na CPI***. No *Jornal da Câmara*, ***Biscaia diz que CPMI não será palco de disputa política***. Dia 16, no *Jornal do Senado*, ***Disputa envolve divulgação de documentos***. Dia 23, no *Jornal da Câmara*, a matéria ***Aprovada a convocação de oito acusados*** e, no *Jornal do Senado*, ***Depoimentos só depois das eleições***.

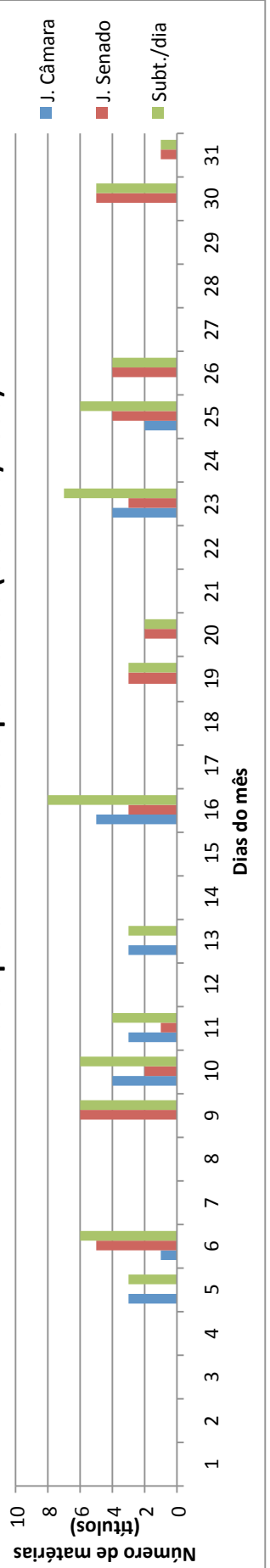
Tabela 4.6 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Outubro/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
C. Brazil.	1	1	2	1	3	2	0	1	0	1	3	1	0	1	0	2	2	1	1	2	0	1	1	3	3	1	1	1	1	0	0
O Globo	0	3	1	1	3	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	2	2	3	3	2	3	2	2	1	1	0	3	0	0	1	
F.S.P.	0	0	3	0	0	1	1	0	1	0	2	2	0	0	0	1	2	3	0	1	1	2	0	1	3	0	0	2	0	0	
Subt./dia	1	4	6	2	6	3	2	1	1	2	5	3	0	1	1	4	6	6	4	6	3	6	3	6	7	2	1	4	3	0	1
J. Câmara	0	0	0	0	3	1	0	0	0	4	3	0	3	0	0	5	0	0	0	0	0	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0
J. Senado	0	0	0	0	0	5	0	0	6	2	1	0	0	0	0	3	0	0	3	2	0	0	3	0	4	4	0	0	0	5	1
Subt./dia	0	0	0	0	3	6	0	0	6	6	4	0	3	0	0	8	0	0	3	2	0	0	7	0	6	4	0	0	5	1	

Imprensa tradicional - Matérias publicadas (Outubro/2006)



Mídia corporativa - Matérias publicadas (Outubro/2006)



#### 4.7 Conselho de Ética, o foco de novembro

A análise das 155 notícias e comentários publicados na imprensa tradicional durante o mês de novembro confirma a prioridade concedida pelos veículos aos depoimentos na CPI dos petistas denunciados por envolvimento na compra do dossiê que envolveria José Serra com os sanguessugas e ao julgamento dos três senadores acusados pela CPI no Conselho de Ética.

Ao longo desse período, são registrados quatro picos de polêmica, que mereceram um estudo mais detalhado, em nosso entendimento, por apresentarem volume de matérias muito parecido. Dia 8, foram contabilizadas 13 matérias; dia 9, 14 matérias; dia 23, mais 13 matérias e, finalmente, no dia 29, a soma chegou a 17 matérias.

No dia 8, das 7 notícias do *Correio*, duas abordam as investigações CPI, com *CPI revive disputa eleitoral*, e um box explicativo: *O que o Congresso apura*. O julgamento dos acusados nos conselhos de ética é assunto de quatro matérias, *Prazo para Suassuna, Vedoin acusa amigo de tucano, Bate-boca durante depoimento e Izar critica “pressa”*, e ainda um quadro com a lista de 67 deputados a serem julgados na Câmara, cujo título é *Os processados*.

*O Globo* traz apenas duas notícias: *Na CPI, Vedoin tenta inocentar dois deputados e Barjas se defende atacando petistas do dossiê*. (Registre-se, aqui, o título equivocado da primeira matéria, já que Vedoin falou ao Conselho de Ética da Câmara.) A *Folha de S. Paulo* traz quatro notícias: *Sanguessugas: Governo e oposição voltam a se atacar em sessão da CPI, Vedoin nega ter produzido dossiê contra Mercadante, Barjas e Vedoin assinaram ao menos sete convênios juntos e Fraude não ocorreu no Ministério, diz Barjas*.

Dia 9, o *Correio Braziliense* traz quatro matérias, entre elas *Sem provas, CPI se esvazia*, com um relato do senador Amir Lando sobre as dificuldades de documentar as acusações contra autoridades do Executivo, e *Cassação mais difícil*, notícia comentada sobre a falta de quorum no Conselho de Ética do Senado que votaria o processo do senador Ney Suassuna. *O Globo* noticia o depoimento dos ex-ministros da Saúde, Saraiva Felipe e Humberto Costa à CPI com *Costa admite ter recebido Vedoin no ministério e Ex-ministro: PMDB pediu nomeação*. E registra também a falta de quorum no Conselho de Ética do Senado: *Acordão no Conselho de Ética deve livrar Suassuna*. Já a *Folha* registra *Senadores não aparecem para votar a cassação de Suassuna* e trata os depoimentos na CPI em três matérias: *Ex-ministros contestam a polícia e a Justiça, Costa diz a CPI que discutiu a liberação de verba à Planam* e ainda *“Recebi pedidos pouco republicanos”, diz Saraiva*.

No dia 23, o foco do noticiário é a CPI, em função do depoimento dos petistas Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, envolvidos no dossiê anti-tucano ocorrido na véspera. O *Correio Braziliense* traz: *Bargas põe a campanha de Lula sob suspeita; Ligações na hora de comprar o dossiê e Dossiê em troca de apoio jurídico*. Em *O Globo*, os destaques são: *Para CPI, petistas negociaram diretamente e Montanha de dinheiro “sem dono”*. A *Folha de S. Paulo* registra: *CPI usa ligações e vídeo para rebater versão de ex-petistas; Mais dois ex-petistas negam troca de dossiê por dinheiro e Tucano reage e chama Expedito de delinqüente*. Traz ainda artigo de Jânio de Freitas, sob o título *CPI na parede*, no qual afirma:



*A CPI tem sido ostensivamente tendenciosa, com tanto interesse em comprometer determinadas pessoas quanto descaso por esclarecer, de fato, a criação e o desenvolvimento do vasto e duradouro assalto ao dinheiro público sob atos de auxílio à saúde pública. Ou a CPI faz agora investigações que tem evitado, ou se desmoraliza antes do final.*

Mas o grande pico de polêmica da mídia tradicional em novembro ocorreu no dia 29, com um total de 17 matérias sobre dois assuntos: os depoimentos dos “aloprados” Gedimar Passos e Hamilton Lacerda à CPI e a absolvição dos três senadores no Conselho de Ética do Senado.

A *Folha de S. Paulo* noticia a CPI com os seguintes títulos: **‘Já estou com a corda no pescoço’, diz Gedimar à CPI; Antes de depor, Gedimar foi pago pelo PT** e **À CPI Lacerda nega ter levado dinheiro a hotel**. Traz uma matéria sobre orçamento e uma sobre o inquérito da Polícia Federal sobre o dossiê. A decisão do Conselho de Ética do Senado é objeto de uma matéria: **Conselho livra senadores acusados por CPI**, e um editorial: **Conspiração do sigilo**, em que cobra do Legislativo a aprovação da emenda que extingue o voto secreto nas deliberações de plenário.

A absolvição dos senadores é manchete no *Correio*: **Servida a pizza dos sanguessugas**. O jornal noticia: **CPI quer indiciamento de petistas**. Em outro título, **Mais um deputado falta a depoimento**, registra:

*Ontem, o Conselho de Ética da Casa cancelou o depoimento do deputado Cabo Júlio (PMDB-MG), depois que ele alegou problemas de saúde e enviou um atestado médico para justificar o não-comparecimento. Além de Cabo Júlio, outros cinco deputados já apresentaram atestado médico para não serem ouvidos pelo órgão. São eles Carlos Nader (PL-RJ), César Bandeira (PFL-MA), Coronel Alves (PL-AP), Lino Rossi (PP-MT) e Vieira Reis (sem partido-RJ).*

*O Globo* noticia a reunião da CPI com **Petista preso no caso dossiê se cala sobre dinheiro**. À absolvição dos senadores pelo Conselho de Ética, aplica o título: **Sanguessuga: Senado serve pizza tripla**. E traz, na coluna *Panorama Econômico*, sob o título **Forno de Pizza**, artigo da jornalista Miriam Leitão, que afirma:

*“Não é só no Brasil que acontecem casos de corrupção, mas certamente é só aqui que os envolvidos de forma tão inegável combinam uma versão tão inverossímil e a repetem diante de uma comissão do Congresso. Ontem, mais um exemplo eloqüente da pizza: mais três absolvições no Conselho de Ética.”*

No dia 30, já fora do pico de polêmica, *O Globo* trouxe editorial sob o título **Sem consequência**, que comenta: *“Assim vamos passando de um caso a outro, sinalizando sempre que questões éticas não são tão importantes assim. Uma figura destacada da hierarquia petista chegou a dizer que o povo brasileiro estava cansado desse tipo de debate.”*

A *Folha*, no mesmo dia 30, traz matéria sob o título **Na seqüência da pizza, vem a Câmara dos Deputados**.

A mídia corporativa publicou 118 notícias no mês em análise. O *Jornal da Câmara*, que trouxe 52 matérias em 22 edições, cobriu todas as reuniões da CPI e do Conselho de Ética da casa. ***Vedoin confirma acusações contra 30 deputados*** é a manchete do dia 8. Já no dia 16, registra: ***Vieira Reis falta a depoimento***. No dia 29, ao registrar que o deputado Cabo Júlio não compareceu para depor, o título é ***Izar: processos continuarão mesmo sem a presença de acusados***.

O *Jornal do Senado* publicou 66 matérias em 20 edições. Noticiou todas as reuniões da CPI e deu especial atenção ao Conselho de Ética. No dia 8, duas matérias: ***Conselho pode votar processo contra Suassuna*** e ***Wellington Salgado defende aplicação de censura verbal***. Dia 9, registra: ***Adiada para o dia 23 votação de processo sobre Ney Suassuna***. Dia 20, ***Conselho de Ética retoma processos***; dia 21, ***Conselho de Ética ouve Malta hoje*** e ***Malta afirma que abandona a vida pública se houver provas contra ele***. No dia 27, três títulos: ***Caso Suassuna deve ser votado na Quinta***; ***Magno diz que sai da vida pública se houver provas*** e ***Votação imediata é difícil, afirma João Alberto***. No dia seguinte, ***Confirmada votação de processos no Conselho de Ética***.

A absolvição do senadores é manchete do *Jornal do Senado* no dia 29: ***Conselho de Ética inocenta Serys, Malta e Suassuna***. Nas páginas internas, uma matéria para cada senador: ***Suassuna recebe censura verbal***; ***Malta não havia apresentado emenda***; ***“Falta de evidência”, no caso de Serys***.

O pico de polêmica dos veículos de divulgação legislativa foi observado no dia 27, com 13 matérias. O *Jornal da Câmara* traz quatro títulos, três dedicados ao relatório final da CPI: ***Sanguessugas – relatório trará medidas para evitar fraudes no orçamento***, com chamada na capa; ***Relatório será apresentado até dezembro***; ***Comissão discutirá meios de evitar fraudes com verbas públicas***. O quarto é ***Hamilton Lacerda e Gedimar passos depõem amanhã na CPI***.

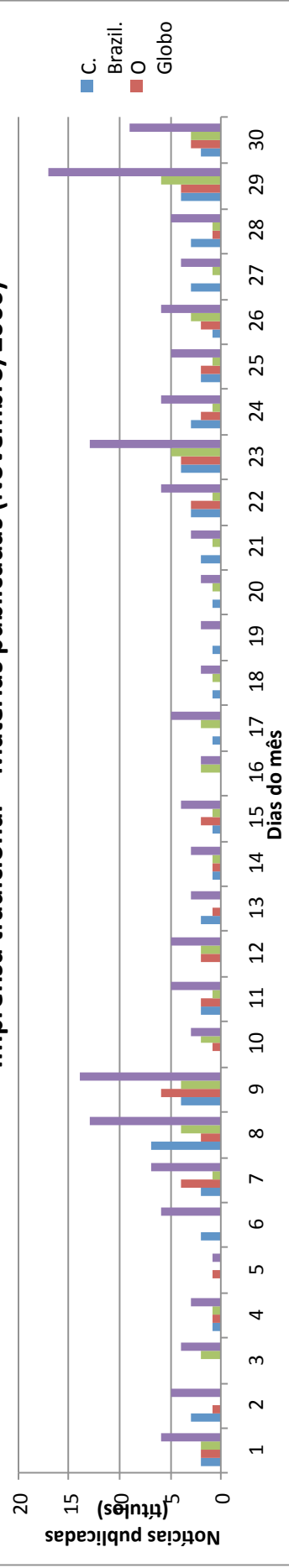
O *Jornal do Senado*, além das notícias sobre o Conselho de Ética já mencionadas, trouxe detalhes sobre as reuniões da CPI: ***Gedimar fala à CPI nesta terça-feira***; ***Valdebran diz que direção do PT nada sabia***; ***Lorenzetti: quem sabe do dinheiro é o Hamilton***; ***Bargas acha que petistas caíram em arapuca***; ***Expedito afirma que participação foi só técnica***; ***Abel nega propinas mas admite encontros com Vedoin***.

A seguir, o quadro de matérias publicadas no mês e os respectivos gráficos.

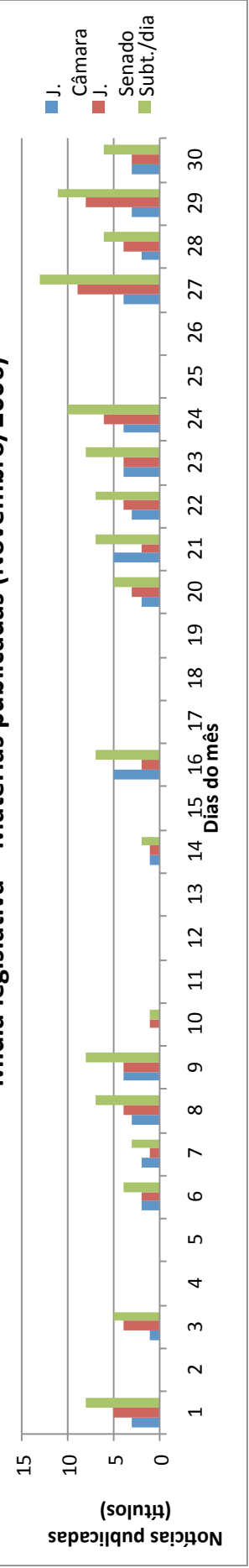
Tabela 4.7 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Novembro/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C. Brazil.	2	3	0	1	0	2	2	7	4	0	2	0	2	1	1	0	1	1	1	1	2	3	4	3	2	1	3	3	4	2
O Globo	2	1	0	1	1	0	4	2	6	1	2	2	1	1	2	0	0	0	0	0	0	3	4	2	2	2	0	1	4	3
F.S.P.	2	0	2	1	0	0	1	4	4	2	1	2	0	1	1	2	2	1	0	1	1	1	5	1	1	3	1	1	6	3
Subt./dia	6	5	4	3	1	6	7	13	14	3	5	5	3	3	4	2	5	2	2	2	3	6	13	6	5	6	4	5	17	9
J. Câmara	3	0	1	0	0	2	2	3	4	0	0	0	0	1	0	5	0	0	0	2	5	3	4	4	0	0	4	2	3	3
J. Senado	5	0	4	0	0	2	1	4	4	1	0	0	0	1	0	2	0	0	0	3	2	4	4	6	0	0	9	4	8	3
Subt./dia	8	0	5	0	0	4	3	7	8	1	0	0	0	2	0	7	0	0	0	5	7	7	8	10	0	0	13	6	11	6

Imprensa tradicional - Matérias publicadas (Novembro/2006)



Mídia legislativa - Matérias publicadas (Novembro/2006)



#### 4.8 O noticiário de dezembro

Aqui, vamos inverter o processo de análise. Trataremos, primeiro, da mídia legislativa e, em seguida, os veículos da imprensa tradicional.

Acompanhando o encerramento do ano legislativo no dia 21, a mídia corporativa interrompe as publicações no dia 22. No mês, foram contabilizadas 17 edições do *Jornal da Câmara*, com 43 matérias no período, e 18 edições do *Jornal do Senado*, que publicou 27 notícias. No mês, 70 títulos dedicados ao assunto.

O pico de polêmica da mídia legislativa é no dia 15, com 14 matérias, em sua maioria sobre a aprovação do relatório final da CPMI. O *Jornal da Câmara* traz 5 matérias sobre o assunto. Na capa, ***Aprovado relatório da CPMI das Sanguessugas*** e, nas páginas internas, ***CPMI das Sanguessugas aprova relatório, Texto mantém acusações contra 69 deputados, Municípios onde há suspeitas de irregularidades*** (a lista de 58 prefeituras) e, ainda, ***Deputados pedem continuidade das investigações***. Traz também três notícias sobre o julgamento dos deputados pelo Conselho de Ética. Na capa, ***Enivaldo Ribeiro não convence relator sobre origem de depósitos feitos em sua conta***. Nas páginas internas: ***Relator considera depoimento de Enivaldo inconsistente*** e ainda ***João Magalhães diz que não foi citado por Vedoin***.

No *Jornal do Senado*, são seis títulos: ***CPI dos sanguessugas pede indiciamento de 10 pessoas***, na capa. E mais: ***Relator propõe mecanismos para evitar má utilização dos recursos; Cruzamento de dados esclarece tentativa de comprar dossiê; Biscaia aponta resultado vitorios; Jungmann se declara insatisfeito***; e, ainda, ***Segundo Vedoin, Abel e José Airton eram intermediários***.

Na edição especial do dia 18, o *Jornal do Senado* traz um resumo ainda da aprovação do relatório final, com 4 matérias. O *Jornal da Câmara*, nos dias 20, 21 e 22, cobre o julgamento dos deputados. Na última edição do ano, dia 22, o *Jornal da Câmara* traz na capa ***Conselho de Ética pede a cassação de 4 deputados e absolve 7***. Nas páginas internas, o detalhamento com ***Conselho condena quatro e absolve sete*** e, ainda, uma matéria explicativa: ***Confira a conclusão dos processos***.

Das 114 notícias sobre o caso sanguessugas publicadas na imprensa tradicional em dezembro, 85% (102 notícias) são registradas entre os dias 1º e 22. A pesquisa revela relativo esgotamento do tema na mídia. Ainda assim, a *Folha de S. Paulo* dedica-lhe 42 matérias, o *Correio Braziliense*, 38 e *O Globo*, 34.

O noticiário é pautado por três fontes: A CPMI, cujo relatório final foi votado no dia 14, o Conselho de Ética da Câmara, que começa a julgar os deputados denunciados por envolvimento com os sanguessugas e finaliza seu trabalho no dia 21, e a Polícia Federal, que se esforça para concluir as investigações sobre a compra do dossiê anti-tucano.

A análise de conteúdo das matérias desse período revela a luta de bastidores sobre responsabilidades e eficácia entre instituições envolvidas na apuração sobre o escândalo dos sanguessugas. No dia 4, *O Globo* publica: ***CPI aposta no STF para punir os sanguessugas***.

O *Correio* traz: ***CPI tenta prorrogar os trabalhos***. Dia 5, a *Folha* traz dois títulos: ***CPI pode encerrar trabalhos sem ouvir Berzoini e Freud*** e ***Justiça concede mais 20 dias para PF concluir investigação***. No dia 6, a *Folha* publica: ***PF entregará à CPI provas contra Lacerda***; o *Correio*, no dia 7: ***PF encontra crime eleitoral, diz CPI***. Em *O Globo*, ainda no dia 7, ***Dossiê: delegado diz que dinheiro era de caixa 2***. No dia 9, o *Correio*: ***Lando não acha os mandantes***. Dia 10, *Folha*: ***CPI não deve esclarecer origem do dinheiro***. No *Correio*, dia 12: ***PF ouve petistas***. Dia 14, na *Folha*: ***Líder petista quer excluir de relatório nome de Lorenzetti***; no *Globo*, ***CPI: oposição quer afirmar origem de recursos do dossiê***.

A votação do relatório final da CPI, no dia 14, resultou em aumento do número de matérias nos dias 15 e 16. O *Correio Braziliense*, no dia 15, noticia: ***Em final melancólico, CPI indicia apenas 10***. O *Globo* traz: ***CPI pede o indiciamento de seis alopados e Oito municípios do Rio são citados***. Na *Folha*, três matérias: ***CPI acaba e poupa petistas do caso dossiê***; ***Relação de indiciados pela CPI gera discussões***; e, ***Freud é inocentado no relatório***.

No dia seguinte, só a *Folha* continua a noticiar o relatório: ***CPI sugere ligação da Petrobrás com dossiê*** e “o outro lado”, ***Estatal diz que não comenta relatório da CPI***. E também ***Sanguessugas: relatório da CPI cita 53 ONGs acusadas de envolvimento***. Oportunamente, na mesma edição, o jornal publica ***Congresso é reprovado por 36% dos eleitores, diz Datafolha***. A pesquisa certa, na melhor hora, para confirmar com números a imagem negativa que o noticiário constrói.

Dia 17, o *Globo* traz comentário: ***A despedida melancólica do fim de uma legislatura***. O *Correio*: ***CPI deixa legado de impunidade***. Na *Folha*, Jânio de Freitas traz um “resumo da ópera”, cujo título é ***A melhor definição***, comentando a proposta de aumento dos subsídios parlamentares,:

(...) Porque, com caixa dois, mensalão, sanguessugas, extorsão de dono de restaurante, impunidade e retorno dos severinos e valdemares, na horrível expressão dos representados traídos a vida parlamentar “virou um escracho só”. Não há definição melhor.

O pico de polêmica na mídia tradicional se verifica no dia 22 e decorre da reunião do Conselho de Ética da Câmara em que são julgados onze deputados. Foram 10 matérias no dia, das quais seis dedicadas ao Conselho. O *Correio* noticiou com dois títulos: ***Indulto de Natal*** e ***Izar põe a culpa na CPI***. No *Globo*, ***Pizza na saideira: sete sanguessugas absolvidos*** e ainda ***Biscaia defende CPI de críticas feitas por Izar***. Na *Folha*, o título principal é ***Câmara livra sanguessugas no último dia da legislatura*** e, como matéria auxiliar: ***Escândalo do mensalão levou a três cassações***.

O ano legislativo termina, mas o noticiário dos sanguessugas, ainda não. Dia 27, na *Folha*, o título é ***PF diz que indignação do PT com CPI resultou no dossiê***. No *Correio*, ***Relatório aponta as dúvidas da PF***. Dia 29, em *O Globo*, ***Tucanos atacam inquérito da PF sobre dossiê*** e, ainda, ***Procurador denuncia parlamentares***. No *Correio* do dia seguinte, ***PF desagrada petistas e oposição***.

Na retrospectiva do ano, publicada em 30 de dezembro, sob o título *Um Congresso digno do esquecimento*, escreveu o Correio Braziliense:

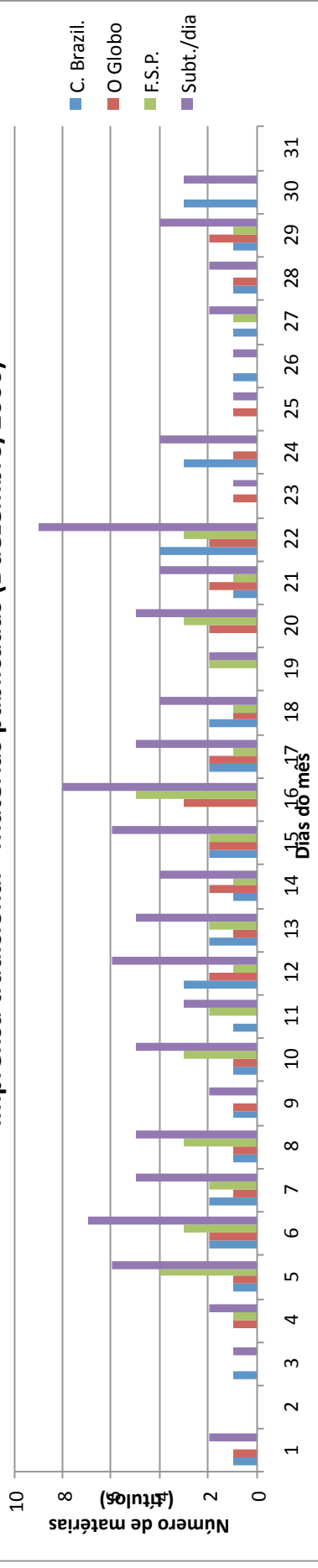
*2006 foi um ano para ser esquecido na história do Congresso Nacional. Começou com uma polêmica convocação extraordinária, que custou cerca de R\$ 100 milhões aos cofres públicos sem que nada de importante fosse votado. Terminou com a decisão dos parlamentares de aumentarem em 91% os próprios salários, chegando a R\$ 24,5 mil por mês. No intervalo, o país assistiu o surgimento do escândalo dos parlamentares sanguessugas e a pizza que absolveu os deputados mensaleiros. Isso para não falar do longo recesso branco durante a campanha eleitoral, quando os parlamentares trabalharam três dias por mês e dedicaram o restante do tempo a cuidar da própria reeleição.*

Segue o quadro e os gráficos com as notícias publicadas pelos jornais selecionados no mês de dezembro:

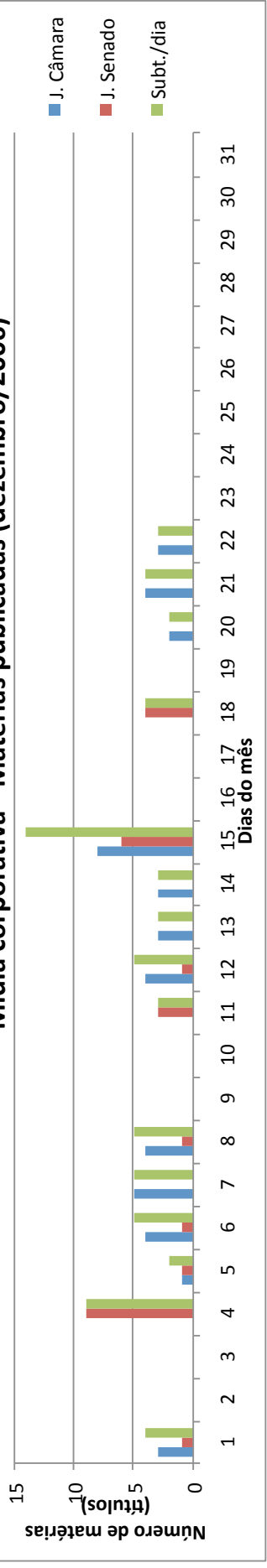
Tabela 4.8 Matérias publicadas nos jornais selecionados (Dezembro/2006)

Data	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
C. Brazil.	1	0	1	0	1	2	2	1	1	1	3	2	1	2	0	2	2	0	0	1	4	0	3	0	1	1	1	1	3	0		
O Globo	1	0	0	1	1	2	1	1	1	1	0	2	1	2	2	3	2	1	0	2	2	1	1	1	1	0	1	2	0	0		
F.S.P.	0	0	0	1	4	3	2	3	0	3	2	1	2	1	2	5	1	1	2	3	1	3	0	0	0	0	1	0	1	0	0	
Subt./dia	2	0	1	2	6	7	5	5	2	5	3	6	5	4	6	8	5	4	2	5	4	9	1	4	1	1	2	2	4	3	0	
J. Câmara	3	0	0	0	1	4	5	4	0	0	0	4	3	3	8	0	0	0	2	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
J. Senado	1	0	0	9	1	1	0	1	0	0	3	1	0	0	6	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subt./dia	4	0	0	9	2	5	5	5	0	0	3	5	3	3	14	0	0	4	0	2	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Imprensa tradicional - Matérias publicadas (Dezembro/2006)



Mídia corporativa - Matérias publicadas (dezembro/2006)





## 5. CONCLUSÕES

Para melhor organizar o trabalho, decidimos dividir as conclusões. Tratamos primeiro da mídia tradicional, em seguida da mídia legislativa e, depois, fazemos algumas comparações entre os dois segmentos.

Na mídia tradicional, as observações são:

1. Da análise de tudo o que foi publicado, constatou-se, em primeiro lugar, o poder da imprensa tradicional de agendar o Poder Legislativo, seja a partir dos seus dirigentes, seja a partir dos próprios parlamentares. No caso estudado, as notícias diárias e as cobranças estimularam a mobilização de deputados e senadores de três partidos para criar a CPMI, contra a opinião dos presidentes da Câmara e do Senado e dos partidos que compõem a maioria nas duas casas, que no primeiro momento tentam limitar a investigação interna às corregedorias e ao mero acompanhamento dos trabalhos da Procuradoria Geral da República.

2. A CPMI dos Sanguessugas, embora seja efetivamente resultado do agendamento dos veículos, a partir de sua instalação se transforma em fonte de agendamento da mídia tradicional e, mais ainda, da mídia legislativa. Os picos de polêmica da mídia tradicional coincidem com momentos importantes da CPMI, como a apresentação do relatório parcial, em agosto, os depoimentos de figuras centrais do escândalo, em julho, e dos petistas “aloprados”, em novembro, a aprovação do relatório final, em dezembro, e os julgamentos dos senadores e dos deputados acusados pelos respectivos conselhos de ética.

3. A mídia tradicional, não se limita a noticiar os fatos, mas a opinar a respeito deles. Em matérias editorializadas e farto uso de adjetivos, os veículos agem como atores e instituições políticas. Desde as primeiras reportagens sobre as investigações, em maio, até o final do ano legislativo, as matérias transmitem à opinião pública uma visão sobre os sanguessugas que não coincide com a apresentada pelos parlamentares. Como observou Novelli (Op. Cit.: 106 e 107) a mídia age de forma a “reconstruir diariamente a realidade e exercitar o embate da luta política pela hegemonia de um determinado ponto de vista”. É o que Rubin (1992: 21) denomina de “efeito de realidade”.

3.1 As críticas à lentidão do processo legislativo, por exemplo, são cíclicas e recorrentes no caso da CPMI das Sanguessugas. Como exemplo, o noticiário de agosto. Dia 11, o *Correio* traz: **Cassações devem ficar para 2007**; a *Folha* publica: **Cassação de parlamentares fica para 2007**; *O Globo*, afirma: **Conselho não julgará ninguém antes das eleições**. O *Correio* traz mais: dia 14, **Acusados em banho Maria**; dia 19, **Risco de atraso no processo de cassação**; dia 23, **Senado em marcha lenta**; dia 26, **Problemas na CPI dos Sanguessugas** e, dia 29, **Enfim, Conselho indica relatores**.

4. Embora se auto-proclame representante da sociedade civil, que publica o que é do interesse social (Frias, 2003: 382), o noticiário sobre os sanguessugas confirma que a mídia concentra sua atenção nas denúncias envolvendo as autoridades e nos embates políticos travados no curso das investigações e que influem no seu resultado. Revela, assim, seus

próprios interesses como elite e corrobora as constatações de Rodrigues (2002-B: 123) de que a referência dos veículos da imprensa tradicional não é o público em geral.

4.1 Pouco se publicou sobre os 46 assessores parlamentares presos. Na hora de ouvir “o outro lado”, os consultados são sempre os políticos: deputados e senadores, em sua ampla maioria, governadores e ministros, em número menor. Os prefeitos são ignorados, salvo algumas “estrelas midiáticas”, como Lindberg Farias, de Nova Iguaçu (RJ).

4.2 As divergências e confrontos entre os diversos órgãos que trataram do tema sanguessugas ocupam grandes espaços no noticiário, como no embate entre o Judiciário e a CPI quanto ao sigilo dos nomes sob investigação. O sigilo já havia sido desrespeitado pela Polícia, pela Procuradoria e pelos veículos em maio, que divulgaram várias listas de parlamentares acusados. Trata-se, pois, de falsa polêmica, restrita ao âmbito jurídico, que pouco interessa ao leitor comum.

5. A quase totalidade das notícias da mídia tradicional tem viés negativo em relação ao Congresso e aos partidos, antes, durante e depois da CPI. As únicas exceções, desprezíveis do ponto de vista estatístico, são alguns editoriais publicados logo após a denúncia dos 69 deputados e três senadores aos conselhos de ética. Neles, o brilho dos elogios discretos sobre o trabalho da CPMI é ofuscado pelas dúvidas quanto ao julgamento dos processos ainda em 2006, por críticas à resistência e à lentidão dos partidos em punir seus filiados e por apelos no sentido de impedir que os acusados pudessem disputar as eleições daquele ano.

6. A análise do conteúdo revela enorme quantidade de matérias “em *off*”, em que não são reveladas as fontes da informação. É sabido que os jornais não criam os fatos e têm acesso limitado aos centros decisórios restritos, reproduzindo, na maioria das vezes, versões difundidas por agentes públicos e privados. Boa parte das matérias negativas sobre o Legislativo tem origem nos próprios deputados e senadores, protegidos pelo *off*.

6.1 As “fontes” políticas têm uma escala de prioridades bem definida que norteia suas relações com a mídia e suas tentativas de influenciar os eleitores e a sociedade. Primeiro, é o indivíduo, preocupado com a própria sobrevivência como agente público ou parlamentar; em segundo lugar, o grupo no qual se insere afetiva e politicamente; e, finalmente, a instituição a que formalmente se vincula.

7. A análise de conteúdo das matérias mostrou falta de cuidado dos jornalistas e veículos com a checagem e apuração das informações que lhe são transmitidas pelas fontes. Todos os veículos noticiaram em maio, antes do início da CPI, que haveria 283 deputados acusados pela assessora Maria da Penha Lino de integrarem a máfia das sanguessugas, sem verificar as evidências ou provas que haveria contra eles. Dezenas de deputados inocentes ou contra os quais não haviam provas materiais de recebimento de vantagens tiveram seus nomes citados na imprensa e foram incluídos na vala comum, embora não fizessem parte da máfia. Como os jornais nunca retificaram tais informações posteriormente e nenhum dos deputados injustamente denunciados cobrou reparação ou, pelo menos, um desmentido formal, ficou o dito pelo não dito.

8. Chama a atenção, também, o fato de que a mídia tradicional seleciona, com critérios próprios, as reuniões de comissões que merecem destaque no noticiário e, em especial, a cobertura dada aos relatórios aprovados pela CPMI. No primeiro, o noticiário praticamente se limitou aos parlamentares denunciados, com escassas referências às providências legislativas e recomendações quanto à elaboração orçamentária contidas no documento. Em dezembro, as matérias sobre o relatório final de mais de 700 páginas focam na falta de provas contra ex-ministros da Saúde e mostram visões divergentes sobre a postura da CPMI em relação aos petistas envolvidos na compra do dossiê anti-tucano. Com exceção da Folha, que aprofundou um pouco mais o assunto e buscou repercuti-lo em órgãos do governo e estatais, os veículos simplesmente ignoraram as recomendações ali contidas em relação aos repasses de verbas orçamentárias às prefeituras e às Oscips. Ou seja, na realidade construída pela mídia, o relatório da CPMI foi vazio de conteúdo e produto de barganha política.

9. A tendência de generalizar as informações e abordagens, atribuindo ao conjunto o que, a princípio, é individual e ao todo o que é característica da parte, observada por Novelli (Op. Cit.: 182) continua sendo uma prática habitual na mídia tradicional. A visão de um deputado ou senador é noticiada como opinião da comissão ou da maioria de seus integrantes. Decisões autocráticas ou de comissões são contabilizadas à instituição ou ao conjunto de seus integrantes nas páginas da imprensa, até para dar maior peso político e maior impacto à matéria e ao veículo. Quando o então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) devolveu o requerimento da CPMI a seus autores e mandou a Procuradoria investigar os parlamentares, os três jornais destacaram que o “Congresso” abria mão de investigar. Outro exemplo nesse sentido: em 11 de julho, a *Folha* registra: **Há provas contra 60 congressistas, diz CPI**. No dia 25, o *Correio* publica: **CPI afirma ter provas contra 80**. Nos dois casos, são opiniões individuais de integrantes da comissão e não um consenso ou manifestação do conjunto de representantes. As duas matérias foram “desmentidas” em 11 de agosto pelo relatório parcial da CPMI.

Passamos, agora, às observações e comentários acerca da mídia corporativa.

10. A primeira constatação é a de que, embora os presidentes das duas Casas do Legislativo atuassem em conjunto nas decisões relativas à investigação dos parlamentares, o Jornal da Câmara e o Jornal do Senado tratam a questão de forma cautelosa, porém independente. Os dois veículos não reproduzem de imediato as listas de suspeitos publicadas na imprensa tradicional. O Jornal da Câmara traz a primeira relação de 63 deputados considerados suspeitos pela Polícia Federal no dia 11 de maio, quando a lista de nomes chega à Corregedoria da Casa. No Senado, a primeira menção expressa ao senador Ney Suassuna, que consta da lista, é na edição do dia 15, registrando entrevista coletiva em que ele promete apresentar provas de sua inocência.

11. Cumprindo sua função de órgãos de divulgação institucional, J.C. e J.S. noticiam passo a passo, em detalhes, as providências das respectivas Mesas Diretoras e das Corregedorias e, em seguida, a criação, instalação e funcionamento da CPMI dos Sanguessugas. Todas as reuniões da comissão e dos respectivos conselhos de ética, no julgamento dos acusados, foram noticiadas na mídia legislativa, sem exceção. A cobertura é factual, relatando as decisões

adotadas e os debates travados nas reuniões, sem especulações ou sensacionalismo.

12. Não há registro matérias sobre investigações na Polícia Federal ou na Procuradoria Geral da República, que só são mencionadas no noticiário quando seus dirigentes comparecem à sede do Legislativo e quando integrantes da CPMI relatam o conteúdo de documentos recebidos desses órgãos ou o teor de conversas mantidas com seus dirigentes. A cobertura da mídia corporativa, como norma, se limita geograficamente ao prédio do Congresso e seu noticiário é inteiramente constituído de matérias produzidas por suas próprias equipes de jornalistas. Um critério que pode ser discutível.

13. Os picos de polêmica coincidem sempre com eventos relevantes da agenda da CPMI e, em geral, são diferentes dos registrados na mídia tradicional. Em junho, é a notícia sobre a instalação da CPMI. Em julho, com a notificação aos deputados investigados. Em agosto, a leitura e aprovação do primeiro relatório parcial. Notou-se que as edições especiais de final de semana do Jornal do Senado em algumas ocasiões produzem picos de polêmica que fogem à regra.

14. Não se detecta omissão de nomes de parlamentares por parte dos veículos de mídia corporativa, quando mencionados em depoimentos ou integrantes de listas elaboradas pelos órgãos de investigação. A partir da instalação da CPMI, todos os investigados são igualmente citados nas mídias tradicional e legislativa. As matérias são publicadas nas mesmas datas, porém o tratamento dispensado aos parlamentares é mais respeitoso nos veículos corporativos.

15. Os veículos da mídia legislativa abriram amplos espaços à defesa dos parlamentares investigados. Noticiaram seus pronunciamentos em plenário, as defesas por escrito encaminhadas à CPMI e os depoimentos nos respectivos conselhos de ética. Os casos de deputados que se esquivaram das intimações do Conselho de Ética foram noticiados pelo *Jornal da Câmara*, sem comentários ou interpretações do jornalista, comuns na mídia tradicional.

16. Digna de nota é forma transparente com que a mídia legislativa acompanha a polêmica e as negociações entre a CPI e o Supremo Tribunal Federal sobre o sigilo das informações relativas aos parlamentares acusados. Começa no dia 3 de julho, com a notícia do *Jornal da Câmara: STF libera inquéritos, mas pede sigilo à CPI*. O *Jornal do Senado*, dia 6, traz: *CPI pede ao Supremo que acabe com o sigilo*. E o *Jornal da Câmara, Discussão sobre o sigilo*. Dia 10, no *Jornal do Senado, Parlamentares discutem sigilo com o STF*. Dia 14, também no *J.S., Biscaia: anúncio de nomes pode ser autorizado*. Finalmente, no dia 19, o desfecho, sintetizado no título: *CPI divulga relação de 57 parlamentares acusados*. O que se debate, nesses textos, não é o direito ao sigilo por parte dos acusados que, à esta altura, já eram do conhecimento público. É, do ponto de vista jurídico, o direito da CPMI de decidir sobre o sigilo que lhe foi transferido pelo Supremo. O grande número de matérias a respeito deste tema, contudo, reforça o caráter elitista da mídia legislativa, que estaria mais voltada para seu público interno e os poderes de estado do que para o grande público externo.

17. A análise de conteúdo das notícias dos veículos do Legislativo mostra, ainda, que eles não fizeram distinção entre deputados e senadores integrantes da CPMI. Há centenas de

declarações de deputados ao *Jornal do Senado* e, também, em menor número, de senadores ao *Jornal da Câmara*. Um sinal de que o corporativismo e a marcante divisão entre o salão verde e o tapete azul cederam lugar ao bom jornalismo nos temas de interesse comum.

18. Os veículos da mídia legislativa não utilizam o recurso do *off the record* na confecção das notícias, e nem protegem com o anonimato os parlamentares que dão informações. As fontes são claramente identificadas nas matérias: cargo, nome, partido a que pertence e estado pelo qual foi eleito. Nota-se, inclusive, a preocupação colocar no título das notícias o nome do informante. Os títulos que se referem a coletivos ou conjuntos, como *CPI*, *Conselho* ou *Congresso*, remetem a matérias de agenda ou decisões dos colegiados.

Algumas comparações entre as duas mídias nos remeteram a conclusões interessantes.

19. Ficou claro, por exemplo, que as principais fontes de notícias sobre a CPMI para as mídias tradicional e corporativa foram: o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), o vice-presidente, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), os sub-relatores setoriais Fernando Gabeira (PV-RJ), Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e Carlos Sampaio (PSDB-SP). Embora fosse o relator da CPMI, o senador Amir Lando (PMDB-RO) raramente é citado, aparecendo no noticiário apenas às vésperas e nos dias de votação dos relatórios, em agosto e dezembro.

19.1 Esse grupo de parlamentares agendou a imprensa durante praticamente todo o período. Jungmann e Gabeira, autores dos requerimentos para a constituição da CPMI, criaram fatos políticos que atraíram a atenção dos jornalistas, com iniciativas para buscar afastar da CPMI e da Mesa Diretora da Câmara os deputados tidos como suspeitos, mobilizando os respectivos partidos nessa direção. Por diversas vezes, buscaram informações a Polícia Federal e no Ministério Público, repassaram aos jornalistas o conteúdo de documentos recebidos ou produzidos na comissão e anteciparam etapas e passos seguintes do trabalho investigativo, contribuindo para manter a CPMI na mídia, mesmo na falta de reuniões colegiadas ou dos chamados “fatos novos”. É pela ação deles que os veículos da mídia tradicional e da mídia corporativa publicam matérias de conteúdo praticamente igual nas mesmas datas ou com um ou dois dias de diferença, como se constata nas listas de notícias que integram os anexos deste trabalho.

20. Finalmente, um destaque para os termos utilizados pelos veículos da mídia tradicional e os da mídia legislativa no noticiário sobre a denúncia e o julgamento de parlamentares na CPMI e nos conselhos de ética.

20.1 O *Jornal da Câmara* e o *Jornal do Senado* se apóiam em questões regimentais, legais e da praxe parlamentar para registrar com isenção e, em alguns casos, justificar decisões que resultaram em adiamentos na instalação da CPMI, em atraso nas investigações, dilatações de prazos para a defesa dos acusados e nas decisões que resultaram na absolvição da maioria dos denunciados na Operação Sanguessuga.

Já a mídia tradicional se posiciona no extremo posto, esbanjando termos como manobras, conchavos e outros menos dignos para explicar aos leitores as mesmas questões referidas acima.

No caso estudado, chama a atenção a frequência com que esses jornais, em especial o *Correio Braziliense*, associam a CPMI e os conselhos de ética a pizza. No dia 24 de maio, o *Correio* abre a série com o título ***Uma pizza encomendada***, em que noticia a aversão dos presidentes e partidos majoritários em permitir a criação da CPMI. No dia 29, outro título: ***Mais pizzas no forno da Câmara***. Em 5 de julho, ***No forno***. Em 17 de agosto, ainda no *Correio*: ***Cheiro de pizza no Senado*** e, dia seguinte, a *suíte*: ***Reação contra a pizza***. E no dia 17 de outubro, mesmo jornal, ***Pizza no Senado***. Dia 27, mais uma vez no *Correio*, ***Pizzaria da Câmara reabre dia 6***.

Em 29 de novembro: o *Correio* traz ***Servida a pizza dos sanguessugas***, noticiando a absolvição dos três senadores no conselho de ética. A receita parece agradar, pois agenda seus concorrentes. *O Globo*, também no dia 29, traz dois títulos com alusão à gastronomia italiana- ***Sanguessugas: Senado serve pizza tripla*** e, na coluna *Panorama Econômico*, ***Forno de pizza***, comentário sobre a impunidade e o corporativismo na política brasileira. No dia 30, enquanto o *Correio* traz ***Biscaia crítica a pizza***, a *Folha de S. Paulo*, publica editorial com o sugestivo título de ***Redondas*** e matéria sobre o julgamento próximo dos deputados: ***Na seqüência da pizza, vem a Câmara dos Deputados***.

Dia 7 de dezembro, o *Correio* publica: ***Primeira pizza no Conselho de Ética*** (da Câmara, no caso). Dia 12, o título é ***Pizza, nem pensar*** e, dia 13, ***A pizza que não saiu do forno***. *O Globo*, dia 22, traz ***Pizza na saideira: sete sanguessugas absolvidos***.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O saldo final do noticiário sobre os sanguessugas se revelou desfavorável ao Legislativo. O caso estudado confirma o poder de atração sobre a mídia tradicional por parte das CPIs e demonstra que houve, sim, grande volume de noticiário e um considerável aumento da exposição pública do Congresso. Mas a conclusão inevitável é a de que a exposição foi negativa. A CPMI dos Sanguessugas serviu para que a imprensa exercitasse e renovasse antigas manifestações sobre a lentidão do trabalho parlamentar, o corporativismo e a politização nefasta da instituição. O desfecho dos processos nos Conselhos de Ética deu motivo a críticas e comentários que não contribuem para melhorar a já desgastada imagem do poder e de seus integrantes junto à opinião pública. A pesquisa Ibope-Veja publicada no início de 2007, a que nos referimos na introdução deste trabalho, reforça a nossa convicção.

Após o julgamento e absolvição dos três senadores e 67 deputados acusados pela CPMI dos Sanguessugas, o caso praticamente foi esquecido pela imprensa, embora ainda não esteja encerrado. Em relativo sigilo, a Polícia Federal continua trabalhando: até o dia 10 de novembro de 2008, indiciou 251 pessoas que participaram do esquema, dos quais 20 são ex-prefeitos, 34 são ex-deputados e senadores que não foram reeleitos e duas centenas são empresários, empregados da Planam, servidores públicos e assessores parlamentares e de governos estaduais e municipais. Ninguém ainda foi julgado.

Dos 80 deputados e senadores investigados pela PF, 55 ainda não foram ouvidos. A CPI considerou haver provas suficientes e denunciou 69 deputados federais e três senadores aos conselhos de ética. Ney Suassuna, único senador que disputou as eleições de 2006, foi derrotado e indiciado pela PF. Os outros dois senadores, Magno Malta (ES) e Serys Slhessarenko (MT), que têm mandatos até 2010, ainda não foram ouvidos pela PF.

Dos 67 deputados denunciados, dois renunciaram ao mandato e três não disputaram. Dos 62 que concorreram, apenas cinco conseguiram novo mandato: João Magalhães (PMDB-MG), Marcondes Gadelha (PSB-PB), Pedro Henry (PP-MT), Wellington Fagundes (PR-MT) e Wellington Roberto (PL-PB). Dos deputados inocentados pela CPMI, três exercem mandato federal: Ribamar Alves (PSB-MA), Eduardo Gomes (PSDB-TO) e Benedito de Lira (PP-AL). Nélio Dias (PP-RN), reeleito em 2006, faleceu em 2007.

Das “estrelas” da CPMI dos Sanguessugas, sabe-se, até agora:

O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que a presidiu, não conseguiu se reeleger em 2006, é suplente de deputado federal e ocupa hoje o cargo de Secretário Nacional de Justiça.

O ex-senador Amir Lando (PMDB-RO), que concorreu ao governo de seu estado, perdeu as eleições.

O vice-presidente Raul Jungmann (PPS) foi reeleito deputado federal pelo Estado de Pernambuco.

O sub-relator Fernando Gabeira (PV-RJ) foi o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, com 293 mil votos; outros dois sub-reletores, Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Paulo



Rubem Santiago (PDT-PE), também conquistaram a reeleição em 2006.

A ex-senadora Heloísa Helena (Psol-AL), que recolheu apoios à instalação da CPMI no Senado, disputou as eleições presidenciais de 2006. Encerrado o mandato de senadora, voltou a seu Estado e em 2008 foi a vereadora mais votada em Maceió, com o equivalente a 7,4% dos votos válidos.

## 7. BIBLIOGRAFIA:

1. ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
2. ANDRADE, Evandro Carlos de. *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC/ Organizadores Alzira Álvares de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Dora Rocha*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
3. BARROS, Antonio Teixeira; BERNARDES, Cristiane Brum e LEMOS, Cláudia Regina Fonseca. *As mídias legislativas e a redefinição da noticiabilidade política no Brasil. Em questão*, v. 14, n.1, p.11-24. Porto Alegre: jan/jun 2008.
4. BARROS, Sérgio Bernardes de. *A CPI como instrumento de apuração da corrupção*. Artigo publicado no site de direito constitucional do professor Raul de Mello Franco Jr. Compilado em [www.raul.pro.br/artigos/cpi.htm](http://www.raul.pro.br/artigos/cpi.htm), no dia 22/10/2008 às 13h40.
5. BIM, Eduardo Fortunato. *A função constitucional das Comissões Parlamentares de Inquérito*. Revista de Informação Legislativa, a. 42, n. 165, jan./mar. 2005, p. 107-121. Brasília: Senado Federal, 2005).
6. CASTELLS, Manuel. *The power of identity*. Massachusetts: Blacwell, 1997.
7. CORRÊA, Villas Boas. *Cobrindo o Congresso*, in *O futuro do Congresso Brasileiro/ Organizadores Alzira Alves de Abreu e José Luciano de Mattos Dias*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
8. COTTA, Maurício. *Parlamento*. In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília, UnB, 1991
9. FALLOWS, James. *Detonando a notícia – Como a mídia corrói a democracia americana*. Tradução de Fausto Wolf. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.
10. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Federal de 1988. 2º volume*. São Paulo: Saraiva, 1992.
11. FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-Constituinte*. Novos Estudos CEBRAP, nº 38, março, 1994)
12. FREITAS, Luiz Carlos Santana de. *Mediatização do Parlamento: A TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado Brasileiro*. Dissertação no Mestrado de Comunicação Social. Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, julho de 2004.
13. FRIAS FILHO, Otavio. *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC/ Organizadores Alzira Álvares de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Dora Rocha*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
14. GUTEMBERG, Luiz. *O que se faz e o que se diz* in *O futuro do Congresso Brasileiro/ Organizadores Alzira Alves de Abreu e José Luciano de Mattos Dias*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
15. JORGE, Vladimyr Lombardo. *A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais*

- brasileiros, 1985-1990*. Revista Estudos Históricos, FGV, RJ, nº31, 2003: 64/82
16. LIMA, Venício A. de. *Comunicação pública. Estado, mercado, sociedade e interesse público*. Organizador: Jorge Duarte. São Paulo, Atlas, 2007.
  17. Idem. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
  18. LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
  19. MANIN, Bernard. *Metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 29, ano 10, outubro, 1995.
  20. MATOS, HELOÍZA. *Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo*. Acessado via Internet em 14/09/2008 no endereço: [http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/empresasecases\\_01/0091.htm](http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/empresasecases_01/0091.htm), 2001
  21. MELLO, Celso de. Voto no julgamento do M.S. 24.831/DF, realizado em 22/06/2005 no Supremo Tribunal Federal. Publicado no Diário da Justiça em 04/08/2006. Acessado no site <http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/CPI141008.pdf>
  22. MIGUEL, Luis Felipe. *Sistema político brasileiro, uma introdução*. Organizadores: Lúcia Avelar e Antonio Otávio Cintra. Unesp, São Paulo, 2007.
  23. MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda nº1 de 1969*. III Tomo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
  24. MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
  25. MÜLLER FILHO, Roberto. *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC/ Organizadores Alzira Álvares de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Dora Rocha*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.
  26. NEGRINE, Ralph. *Parliaments and the media: a changing relationship?* Londres, Sage: 1999.
  27. NOVELLI, Ana Lúcia C.R./ *Imagens cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional*. Tese de doutorado apresentado na Escola de Comunicações e Artes da USP, no Curso de Ciências da Comunicação. São Paulo, ECA-USP, 1999
  28. NUNES, Augusto. *Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC/ Organizadores Alzira Álvares de Abreu, Fernando Lattman-Weltman, Dora Rocha*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.
  29. PORTO, Mauro. *A crise de confiança na política e suas instituições*. Texto apresentado no Encontro Nacional de Pós-graduação em Comunicação, Porto Alegre-RS, 1996 In: Marcello Barquero. (Org.). *Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, v. , p. 41-64.

30. RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994
31. RODRIGUES, Malena Rehbein. *Imprensa e consolidação democrática: uma relação desajustada*. Texto apresentado no I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, Salvador-BA, 2006.
32. \_\_\_\_\_. *Imprensa e Congresso ou Como a mídia pauta a política*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002 (A)
33. \_\_\_\_\_. *Imprensa e Poder/ Organizador, Luiz Gonzaga Motta*. Brasília: Editora UnB, 2002(B).
34. RUBIN, Antonio Albino. *Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas*. Textos de cultura e comunicação, nº 27, p.3-23. Salvador: 1992
35. SANT'ANNA, Francisco. *Quem faz a notícia no parlamento brasileiro? As rotinas dos newsmakers do Senado Federal*. São Paulo: Líbero - Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, Vol. 9, No 18, 2006.
36. \_\_\_\_\_. *Mídia das fontes. O difusor do jornalismo corporativo*. 2ª. Edição. Brasília: Casa das Musas, 2008.
37. SANTI, Marcos Evandro Cardoso. *Criação de Comissões Parlamentares de Inquérito: Tensão entre o direito constitucional de minorias e os interesses políticos da maioria*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2007.
38. SARNEY, José. 110 anos do Jornal do Brasil. Site: [http://www.jbonline.terra.com.br/destaques/110anosjb/110anosjb\\_impr\\_C2\\_4.html](http://www.jbonline.terra.com.br/destaques/110anosjb/110anosjb_impr_C2_4.html). Acessado em 14/09/08
39. SEABRA, Roberto. *Jornalismo político – Teoria, história e técnicas*. Organizado por Roberto Seabra e Vivaldo de Sousa. Rio de Janeiro: Record, 2006.
40. SILVA, Daniel Machado da Costa e. O mandato em notícia – A divulgação oficial das atividades da Câmara dos Deputados (1060-1990). Brasília, Câmara dos Deputados: 2001
41. SODRÉ, Muniz. *TV e a cosmética das aparências*. In: [www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd300520011.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd300520011.htm). Observatório da Imprensa, 30/05/2001.
42. TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo do século XX*. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2001.
43. Relatório final da CPMI da compra de ambulâncias.
44. Arquivos de **O Globo**, **Folha de S. Paulo** e **Correio Braziliense** do ano de 2006
45. Coleção do **Jornal da Câmara** de 2006
46. Coleção do **Jornal do Senado** de 2006.

## 8. ÍNDICE DAS TABELAS E GRÁFICOS

<b>Tabela 4.0 -</b>	<b>pág. 33</b>
<b>Tabela 4.1 -</b>	<b>pág. 37</b>
<b>Tabela 4.2 -</b>	<b>pág. 39</b>
<b>Tabela 4.3 -</b>	<b>pág. 42</b>
<b>Tabela 4.4 -</b>	<b>pág. 46</b>
<b>Tabela 4.5 -</b>	<b>pág. 49</b>
<b>Tabela 4.6 -</b>	<b>pág. 51</b>
<b>Tabela 4.7 -</b>	<b>pág. 55</b>
<b>Tabela 4.8 -</b>	<b>pág. 59</b>

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXOS**

Brasília, DF,  
2008



**SENADO FEDERAL  
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO  
UNILEGIS**

**SÉRGIO CHACON**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:  
O caso da CPMI dos Sanguessugas**

Brasília, DF,  
2008



**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO A**  
**NOTÍCIAS DE MAIO/2006**

Brasília, DF,  
2008

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO B**  
**NOTÍCIAS DE JUNHO/2006**

Brasília, DF,  
2008

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO C**  
**NOTÍCIAS DE JULHO/2006**

Brasília, DF,  
2008

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO D**  
**NOTÍCIAS DE AGOSTO/2006**

Brasília, DF,  
2008

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO E**  
**NOTÍCIAS DE SETEMBRO/2006**

Brasília, DF,  
2008

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO F**  
**NOTÍCIAS DE OUTUBRO/2006**

Brasília, DF,  
2008

**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO G**  
**NOTÍCIAS DE NOVEMBRO/2006**

Brasília, DF,  
2008



**SENADO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO**  
**UNILEGIS**

**CONGRESSO, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA:**  
**O caso da CPMI dos Sanguessugas**

**ANEXO H**  
**NOTÍCIAS DE DEZEMBRO/2006**

Brasília, DF,  
2008